



MGI – MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS
E GOVERNANÇA CORPORATIVA 2022 – ANO BASE 2021

SUMÁRIO

PREÂMBULO	2
IDENTIFICAÇÃO GERAL.....	2
ADMINISTRAÇÃO	2
POLÍTICAS PÚBLICAS	3
1 – Interesse público subjacente às atividades empresariais:	3
2 – Ações e políticas públicas realizadas	4
3 - Metas relativas ao desenvolvimento de atividades que atendam aos objetivos de políticas públicas 10	
4 – Recursos para custeio das políticas públicas	20
5 – Impactos econômico-financeiros da operacionalização das políticas públicas	21
6 – Outras informações relevantes sobre objetivos de políticas públicas	21
GOVERNANÇA CORPORATIVA	22
1 – Atividades desenvolvidas	22
2 – Estrutura de controle.....	26
3 – Fatores de risco	26
5 – Dados econômico-financeiros.....	37
6 – Políticas e práticas de governança corporativa	56
7 – Descrição da composição e da remuneração da administração	70
8 – Aprovação do Conselho de Administração.....	73



CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA de 2022 – Ano Base 2021

PREÂMBULO

Em conformidade com o art. 8º, incisos I, III e VIII, da Lei Federal nº 13.303 de 2016, e com o artigo 13, incisos I, III e VIII do Decreto Estadual nº 47.154 de 2017, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual sobre Políticas Públicas e Governança Corporativa da MGI - Minas Gerais Participações S.A.

IDENTIFICAÇÃO GERAL

MGI – Minas Gerais Participações S.A. (“MGI” ou “Companhia”)
CNPJ 19.296.342/0001-29 - NIRE 31300039927
Sede: Belo Horizonte / MG
Acionista controlador: Estado de Minas Gerais (“Estado” ou “EMG”)
Tipo societário: sociedade anônima de capital fechado

ADMINISTRAÇÃO

Diretoria Executiva:

Weverton Vilas Boas de Castro - Diretor Presidente
Nilma Alves dos Santos - Diretora Administrativo-Financeira e de Relações com Investidores
Danielle Cristine de Faria – Diretora de Negócios

Conselho de Administração:

Fabio Rodrigo Amaral de Assunção – Presidente
Andresa Linhares de Oliveira Nunes – Vice-Presidente
Ricardo Lopes de Alvarenga – Membro
Sílvia Caroline Listgarten Dias – Membro
Marcos Antônio Alves Penido – Membro
Reges Moisés dos Santos – Membro
Felipe Magno Parreiras de Sousa - Membro



CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA de 2022 – Ano Base 2021

POLÍTICAS PÚBLICAS

1 – Interesse público subjacente às atividades empresariais:

A MGI foi constituída em 19 de agosto de 1976 pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG ("BDMG"), pela Companhia Vale do Rio Doce ("Vale"), pela Companhia Energética de Minas Gerais S.A. - CEMIG ("CEMIG"), pelo Banco do Estado de Minas Gerais S.A. ("BEMGE"), pela Financeira BEMGE S.A. ("Financeira BEMGE"), pelo Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A. ("Credireal") e pela Credireal Financeira S.A. ("Credireal Financeira"), sob a forma de sociedade anônima e denominação social MGI - Minas Gerais Participações S.A. Na data de constituição, o acionista controlador era o BDMG, que detinha ações representativas de 30% do capital social.

A Companhia foi criada com o objetivo de participar na formação acionária de empresas situadas no território mineiro, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento de atividades econômicas nos setores agrícolas, industrial, comercial e de serviços no Estado de Minas Gerais.

Na década de 80, o Estado de Minas Gerais ingressou no quadro de acionistas, passando a ser o novo acionista controlador. Atualmente, a participação do Estado de Minas Gerais representa mais de 99% do capital social.

Com o passar dos anos, novos objetos foram agregados ao seu Estatuto Social, nos quais são evidenciados o interesse público inerente à sua atuação, in verbis:

Art. 4º - A MGI tem por objeto social:

- I - participar na formação acionária de empresas situadas no território mineiro, em fase de instalação, modernização ou expansão, que apresentem índices técnicos e econômico-financeiros satisfatórios, bem como participar de projetos de desenvolvimento regional de interesse público que, elaborados em conjunto com a Administração Pública Direta ou Indireta do Estado de Minas Gerais e dos seus Municípios, bem como suas respectivas autarquias, fundações e empresas diretamente ou indiretamente controladas, tenham por objetivo o desenvolvimento das atividades econômicas nos setores agrícola, industrial, comercial e de serviços no Estado de Minas Gerais;
- II - promover associações de empresas, mesmo que delas não participe acionariamente, a fim de ampliar o parque industrial e agroindustrial mineiro;
- III - prestar apoio técnico e de gestão administrativa na política de privatização do Estado, nos termos da legislação em vigor;
- IV - assessorar os dirigentes da Secretaria de Estado de Fazenda e colaborar com o sistema estadual de finanças nos assuntos relacionados com as participações acionárias do Estado;
- V - Realizar operações de aquisição de créditos do Estado de Minas Gerais, conforme previsto em leis estaduais, e a captação de recursos com o objetivo de aquisição de tais créditos, por meio de operações de mercado de capitais, podendo prestar garantias reais para tanto;
- VI - prestar serviços de Administração de Ativos, por conta e ordem dos contratantes, em especial para a Administração Pública Direta ou Indireta do Estado de Minas Gerais e dos seus Municípios, bem

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA de 2022 – Ano Base 2021

como suas respectivas autarquias, fundações e empresas diretamente ou indiretamente controladas, incluindo:

a) alienação de bens, não de uso, observado o procedimento licitatório próprio (concorrência ou leilão), bem como a execução dos atos preparatórios respectivos (avaliação prévia e outros), aplicáveis a estes;

b) administração de créditos, promovendo cobrança administrativa dos que integram carteira ativa e dos créditos em liquidação, realizar acordos e acompanhar a regularidade dos respectivos pagamentos, tudo em conformidade com as normas legais cabíveis e as orientações do contratante.

VII - criar e/ou participar em empresa destinada a fomentar a política estadual de concessões e de parcerias público-privadas, podendo, para tanto, contratar e assumir obrigações, inclusive de natureza financeira relacionada a contraprestações pecuniárias ou de quaisquer outras naturezas, e prestar garantias nos contratos das espécies;

VIII - atuar como mandatária do Estado em contratos de concessões e de parcerias público-privadas;

IX - promover ações que visem ao desenvolvimento do Estado, em conjunto com os órgãos e entidades da Administração Pública Direta ou Indireta do Estado de Minas Gerais e dos seus Municípios, bem como suas respectivas autarquias, fundações e empresas diretamente ou indiretamente controladas, por meio da realização de convênios ou outros instrumentos congêneres, com vistas à contratação, construção, ampliação, aquisição e cessão de bens móveis e/ou imóveis, bem como a realização e/ou contratação de projetos e pesquisas de interesse da administração pública estadual.

Atualmente, a MGI atua com foco na atividade de administração e alienação de bens não de uso e recuperação de créditos em liquidação, contribuindo com a geração de receitas adicionais para os cofres públicos, ao mesmo tempo em que promove o saneamento desses ativos, em consonância com a Política Estadual de Desestatização, instituída pelo Decreto 47.766 de 26 de novembro de 2019.

2 – Ações e políticas públicas realizadas

Neste tópico são apresentadas as ações e políticas realizadas pela Companhia em consonância com o interesse público evidenciado em seu objeto social:

(A) Políticas executadas diretamente pela MGI, inseridas no Plano Plurianual de Ação Governamental do Estado de Minas Gerais:

i) Participação Societária

Esta ação consiste em investimentos realizados pela Companhia em participação acionária em empresas estatais ou privadas.

No exercício de 2021 e até o presente momento, a Companhia não realizou investimentos em participação societária, mas recebeu proventos no montante de R\$ 116.078 mil decorrentes das participações mantidas em seu patrimônio.

No escopo do Planejamento Estratégico 2019-2023, não há planos de novos investimentos em participações societárias.

ii) Suporte ao Desenvolvimento Estadual

Esta ação consiste em apoiar o desenvolvimento socioeconômico do Estado de Minas Gerais, em parceria com as Secretarias de Estado, por meio de repasses de recursos a municípios, entidades públicas, consórcios públicos e organizações da sociedade civil, com vistas à implementação de obras de infraestrutura urbana/rural e de saneamento, à execução de serviços e aquisição de equipamentos básicos. A Companhia possui 1.521 convênios, celebrados no período de 2013 a 2018.

No exercício de 2021, a Companhia não celebrou novos convênios, mas deu continuidade à execução financeira da ação, efetuando o repasse aos convenientes de parcelas remanescentes de convênios celebrados em exercícios anteriores, no montante de R\$7.209 mil, além de R\$9 mil em gastos com publicações oficiais.

No tocante às prestações de contas dos convênios, as Secretarias de Estado intervenientes são responsáveis pela análise prévia e emissão do respectivo relatório técnico e financeiro, cabendo-lhes, ainda, a vistoria *in loco* dos objetos conveniados. Após a análise prévia, cabe à MGI o julgamento final da prestação de contas.

Para os casos em que o conveniente não apresenta a prestação de contas dentro do prazo legal (90 dias após o fim da vigência do convênio), ou quando a prestação de contas é reprovada, cumpre à MGI executar as medidas administrativas pertinentes, instaurando tomada de contas especial para apuração de danos ao erário, caso o conveniente não saneie as pendências identificadas.

Com o objetivo de otimizar os trabalhos de julgamento final das contas dos convênios vencidos, a MGI atua em duas frentes: (i) capacita seu pessoal e revisa periodicamente os procedimentos adotados para execução das medidas administrativas, visando ao saneamento de pendências e instauração de tomada de contas, e (ii) promove o alinhamento constante do fluxo de trabalho com as Secretarias Intervenientes, resultado de excelente parceria estabelecida.

Como resultado de tais ações, tem-se conseguido maior segurança e agilidade no procedimento de análise que nos permitiu sair da marca de 90 prestações de contas julgadas em 31/12/2020 para 207 em 31/12/2021.

O número de convênios vencidos necessários de julgamento final das contas em 31/12/2021 é de 1.063 (646 estão em análises nas Intervenientes e 417, na MGI), incluídos os que passaram a esta condição durante o exercício de 2021 (62). Em 31/12/2020, este quantitativo era de 1.164 (579 nas Intervenientes e 585, na MGI). A meta atual são 15 julgamentos mensal de prestações de contas. A Companhia cumpriu também as atividades necessárias ao andamento dos 202 convênios ainda vigentes.

Em consonância com o Planejamento Estratégico e as diretrizes do acionista controlador, Estado de Minas Gerais, não há previsão de celebração de novos convênios.

(B) Outras atividades realizadas pela MGI em atendimento ao interesse público, não inseridas no Plano Plurianual de Ação Governamental

As ações elencadas no item A representam a atuação direta da Companhia em políticas governamentais. Salientamos, porém, que a MGI, indiretamente, contribui para o atendimento ao interesse público em outras atividades mediante celebração de contratos e outros instrumentos com o Estado de Minas Gerais. Nessa atuação indireta, destacam-se o apoio ao sistema estadual de finanças por meio das operações de direitos de crédito autônomos e debêntures e a contribuição para o saneamento de ativos do Estado por meio da recuperação de créditos em liquidação e alienação de bens não de uso, conforme descrito a seguir:

i) Direitos de Crédito Autônomos e Debêntures

Em 2012, a Companhia adquiriu do Estado de Minas Gerais, por meio de Contrato de Cessão Onerosa, o direito autônomo ao recebimento de determinados créditos tributários vencidos, inscritos ou não em dívida ativa, objeto de parcelamentos (“Direitos de Crédito Autônomos” ou “DCA”), no montante de R\$ 1,8 bilhões. Para aquisição da carteira, a Companhia realizou sua segunda emissão de debêntures, da espécie subordinada, integralmente subscrita pelo Estado de Minas Gerais, de mesmo valor da carteira. Para amortização parcial das debêntures subordinadas, a MGI captou no mercado, ainda em 2012, o montante de R\$ 316 milhões, por meio de sua terceira emissão de debêntures, e o montante de R\$650 milhões, em 2014, por meio da quarta emissão de debêntures. A operação teve como objetivo a captação de recursos em prol do Estado de Minas Gerais.

Para realização da quarta emissão, a Companhia recebeu do Estado, por meio de aporte de capital, o total de 65.965.387 ações preferenciais de emissão da Cemig (“CMIG4”), que constituíram a principal garantia da emissão. Em 2015, a 4ª emissão foi substituída pela 5ª emissão para repactuação de algumas condições e inclusão de um instrumento de hedge.

Durante o exercício de 2021, a MGI arrecadou o montante de R\$ 59.885 mil referentes à carteira de direitos de crédito autônomos e pagou o montante de R\$ 80.525 mil referente a amortização e juros semestrais da quinta emissão, além do montante de R\$ 44.532 mil referente aos pagamentos semestrais das opções vinculadas às debêntures.

O vencimento das debêntures subordinadas, subscritas integralmente pelo Estado, será em julho de 2022, ocasião em que a MGI poderá utilizar a carteira DCA para quitar as debêntures, mediante dação em pagamento. A escritura não prevê amortizações ordinárias intermediárias de juros e principal, mas poderão ocorrer amortizações extraordinárias, a exclusivo critério da emissora. A 5ª emissão de debêntures é amortizada semestralmente, com vencimento final em 2032.

ii) Administração de ativos do Estado de Minas Gerais

A Companhia possui contratos celebrados com a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (SEF) para administração de ativos (créditos e imóveis) recepcionados pelo Estado de Minas Gerais em decorrência da extinção da MINASCAIXA e privatização dos Bancos BEMGE e CREDIREAL, além de imóveis não de uso de propriedade da administração direta do Estado. A Companhia é responsável pela administração e recuperação administrativa dos créditos em liquidação e pela administração e alienação dos imóveis, por meio dos procedimentos licitatórios apropriados. Os valores arrecadados com a recuperação de créditos e a venda de imóveis são integralmente repassados ao Estado de Minas Gerais, que remunera a MGI pela prestação de serviço.

No exercício de 2021, a MGI repassou ao Estado o montante de R\$ 8.076 mil referente a recuperação de créditos em liquidação (inferior em 99% ao repassado no exercício anterior) e R\$ 47.276 mil referente a venda de imóveis (343% superior ao exercício anterior) representando um recorde histórico desde o início da atuação da MGI nesta atividade.

Auferiu pela prestação de serviços, receita de R\$ 1.216 mil (10% inferior ao exercício anterior), esta variação é decorrente da redução de escopo e posterior encerramento de contrato que a Companhia possuía com a Advocacia Geral do Estado para prestação de suporte administrativo na atuação judicial relativa aos ativos e passivos recepcionados pelo Estado, oriundos dos bancos acima referidos.

O repasse efetivado à SEF no exercício findo em 31/12/2021, relativo à recuperação de créditos em liquidação, foi de R\$ 8.076 mil, montante inferior em 99% em relação ao repasse de R\$ 783.408 realizado no ano de 2020. A variável que impactou sobremaneira o repasse de 2020 foi a inclusão do recebimento efetivo de precatório anteriormente transferido ao Estado como pagamento de dívida, no valor de R\$ 781.207 mil. Embora tenha havido concreta contribuição da MGI para o efetivo recebimento, trata-se de caso pontual, de modo que é relevante a exclusão desse valor para fins de comparabilidade com os demais exercícios. Desconsiderando, portanto, a soma citada, a recuperação de créditos em nome do Estado de Minas Gerais foi superior em 267% ao recuperado no exercício anterior.

No âmbito dos contratos celebrados, o serviço prestado pela Companhia vai além da recuperação de créditos e venda de imóveis, abrangendo um amplo escopo de atividades de gestão desses ativos, como o tratamento dos contratos com cobertura de FCVS (Fundo de Compensação de Variações Salariais) para fins de novação, a regularização da carteira imobiliária perante prefeituras e cartórios, a avaliação dos imóveis, o controle e pagamento, em nome do Estado, de despesas inerentes à propriedade dos mesmos, bem como procedimentos inerentes ao processo de doação de imóveis oriundos da extinta Minascaixa aos respectivos mutuários, em consonância com a Lei Estadual nº 21.100/2013 e o Decreto Estadual nº 46.795/2015.

Em consonância com sua estratégia de longo prazo, a partir de 2019, a MGI vem investindo em ações modernas e diversificadas de divulgação, com adesão a mídias digitais para ampliação de alcance a um

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA de 2022 – Ano Base 2021

custo otimizado. Os resultados operacionais dessa estratégia tornaram-se tangíveis a partir do último trimestre de 2019, se intensificando desde então, em que, apesar de todas as dificuldades advindas da pandemia de COVID-19, bem como a natural tendência de decréscimo da arrecadação, proporcionalmente à redução do estoque de ativos administrados, os valores repassados ao Estado cresceram significativamente, conforme resultados elencados acima.

Adicionalmente, a Companhia em 2021 celebrou novos contratos para alienação de imóveis pertencentes a órgãos e entidades da administração pública indireta do Estado de Minas Gerais, tendo como meta angariar 05 novos contratos até 2023. Foram celebrados 02 novos contratos para venda de imóveis de propriedade da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE e do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem - DER, em fevereiro e agosto, respectivamente.

iii) Administração de ativos próprios

Além dos ativos pertencentes ao Estado de Minas Gerais, a Companhia atua na administração de sua própria carteira de créditos em liquidação e imóveis adquiridos junto aos bancos estaduais privatizados Bemge e Credireal mediante contrato de cessão, com a finalidade de contribuir com o Estado de Minas Gerais no saneamento desses ativos, bem como imóveis advindos da incorporação da subsidiária EMIP.

Por força do contrato de cessão firmado entre a Companhia e o Bemge, 90% do resultado líquido positivo semestral da recuperação dos créditos e venda de imóveis é distribuído aos ex-acionistas do Bemge, conforme posição acionária em 29 de junho de 1998, pela qual o Estado de Minas Gerais possui 77,22% de participação. A distribuição é provisionada mensalmente e ajustada ao fim do semestre. Em relação às carteiras advindas do Credireal e da EMIP, 100% do resultado apurado pertence à Companhia.

No exercício de 2021, a Companhia arrecadou o montante de R\$ 3.707 mil com a recuperação de créditos (inferior em 43% ao exercício anterior) e R\$ 487 mil com a venda de imóveis próprios e advindos da EMIP (superior em 23% ao exercício anterior).

Considerando a tendência de decréscimo de receita ao longo dos anos, a baixa liquidez dos créditos, já classificados como em liquidação ou baixados em prejuízo nos bancos originários, a MGI considera que os bons resultados ainda obtidos, são frutos da estratégia implementada a partir de 2019, quando estabeleceu novos critérios para efetivação de acordo extrajudicial desses créditos, a fim de aumentar a liquidez da carteira (Reunião 011/2019 do Conselho de Administração).

A carteira imobiliária é composta majoritariamente por imóveis de baixa liquidez, grande parte destes ocupados por famílias de baixa renda, dificultando sua alienação. Com o intuito de aumentar a liquidez desses imóveis, o Conselho de Administração aprovou, em 12/11/2020, a Política de Venda Incentivada, que define parâmetros de descontos para viabilizar a alienação dos bens que já tenham passado por pelo menos duas licitações frustradas pelo valor de mercado. Além disso, a Política prevê critérios de parcelamento, com o intuito de potencializar a venda de determinados imóveis cujo público interessado



CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA de 2022 – Ano Base 2021

possui baixo poder aquisitivo. Os impactos da referida mudança mostraram ser eficientes em 2021, conforme o aumento elencado acima.

iv) Prestar apoio técnico e de gestão administrativa na política de privatização do Estado

Faz parte do objeto social da Companhia prestar apoio técnico e de gestão administrativa na política de privatização do Estado.

No passado, a MGI participou de diversas ações relacionadas com as políticas de privatização do Estado, trabalhando nos procedimentos de liquidação de empresas estatais, inclusive dando continuidade às obrigações relacionadas aos seus empregados, alienação do controle acionário de empresas, nas quais o Estado era o controlador, gestão de ativos remanescentes de empresas privatizadas, recepção de determinados ativos mediante contrato de cessão com empresas em processo de privatização e incorporação.

Embora não tenha realizado novas operações neste objeto nos últimos 10 anos, há expectativa de novas operações na estratégia de longo prazo, tendo em vista que a Companhia tem condições de contribuir com a Política Estadual de Desestatização, de que trata o decreto 47.766/2019.

A efetiva atuação da Companhia nesse sentido fica condicionada ao interesse e conveniência do Estado de Minas Gerais.

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA de 2022 – Ano Base 2021

3 - Metas relativas ao desenvolvimento de atividades que atendam aos objetivos de políticas públicas

Na estratégia de longo prazo para o período de 2019 a 2023, revisada em 2021, foram estabelecidos os seguintes objetivos e metas para a Companhia:

PERSPECTIVA DOS ACIONISTAS							
Objetivos	Metas	Período	Indicador de Desempenho	Fórmula	Unidade de Medida	Indicador Meta	Polaridade
Otimizar a gestão financeira	Elaborar Política de Gestão do Capital	2022	Grau de Efetividade	Tempo de execução / Tempo estimado	Número Índice	1	Menor Melhor
	Propor medidas para mitigação de riscos financeiros relacionados à 5ª emissão de debêntures	2019-2023	Grau de Efetividade	Tempo de execução / Tempo estimado	Número Índice	1	Menor Melhor
	Elaborar Plano de Recuperação Financeira	2020	Grau de Efetividade	Tempo de execução / Tempo estimado	Número Índice	1	Menor Melhor
	Implementar medidas de recuperação financeira	2020-2023	Grau de Efetividade	Medidas Implementadas / Medidas Aprovadas * 100	Percentual	100%	Maior Melhor
Sanear pendências relativas aos convênios celebrados	Apresentar ao acionista controlador proposta de ações para saneamento de pendências relativas aos convênios	2019	Grau de Efetividade	Tempo de execução / Tempo estimado	Número Índice	1	Menor Melhor
	Implementar 100% das ações aprovadas pelo acionista controlador para saneamento de pendências	2019-2023	Grau de Efetividade	Ações implementadas / Ações aprovadas * 100	Percentual	100%	Maior Melhor

* A meta de elaboração de Política de Gestão do Capital, prevista para 2021, foi transferida para 2022. A meta que trata das medidas de mitigação dos riscos relacionados à 5ª Emissão, prevista originalmente para 2019, foi alterada para 2019-2023, visto que a alternativa de liquidação apenas do *hedge* não foi aceita pelo Credit Suisse e ainda não foi tomada uma decisão quanto à viabilidade de liquidação de toda a operação. Seguimos atualizando as projeções e dialogando com a SEF/MG. As demais metas relativas exclusivamente aos anos de 2019 e 2020 foram concluídas.

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA de 2022 – Ano Base 2021

PERSPECTIVA DOS CLIENTES							
Objetivos	Metas	Período	Indicador de Desempenho	Fórmula	Unidade de Medida	Indicador Meta	Polaridade
Colaborar com a Política Estadual de Desestatização	Apresentar ao acionista controlador proposta de atuação da MGI no escopo da Política Estadual de Desestatização	2020	Grau de Efetividade	Tempo de execução / Tempo estimado	Número Índice	1	Menor Melhor
	Implementar as atividades demandadas pelo Estado no escopo da Política Estadual de Desestatização	2020-2023	Grau de Efetividade	Atividades implementadas / Atividades demandadas * 100	Percentual	100%	Maior Melhor
Otimizar a venda de imóveis	Implementar novo modelo de marketing, com aderência a mídias digitais	2019	Grau de Efetividade	Tempo de implementação / Tempo estimado	Número Índice	1	Menor Melhor
	Criar mecanismos de monitoramento de efetividade das estratégias de marketing	2019-2020	Grau de Efetividade	Tempo de implementação / Tempo estimado	Número Índice	1	Menor Melhor
	Ampliar o alcance médio das peças de marketing digital	2020-2023	Crescimento de alcance médio	(Alcance médio por publicação ano atual / Alcance médio por publicação ano anterior - 1) * 100	Percentual	2020: 20% 2021: 15% 2022: 10% 2023: 5%	Maior Melhor
	Realizar, no mínimo, 6 certames por ano a partir de 2020	2020-2023	Certames realizados	(Quantidade de Certames Realizados / 6) * 100	Percentual	100%	Maior Melhor
	Ofertar 100% dos imóveis disponíveis para venda	2019-2023	Imóveis ofertados	Imóveis ofertados / imóveis disponíveis * 100	Percentual	100%	Maior Melhor
Ampliar a carteira de clientes	Prospectar 05 novos contratos de venda de imóveis	2019-2023	Contrato Celebrado	(Quantidade de Contratos Celebrados / 5) * 100	Percentual	100%	Maior Melhor
Otimizar a recuperação de créditos	Elaborar proposta de alteração de práticas e procedimentos para otimizar os resultados	2019	Grau de Efetividade	Tempo de execução / Tempo estimado	Número Índice	1	Menor Melhor
	Concluir o levantamento do "Real Potencial de Recuperação de Créditos"	2019-2023	Créditos Mapeados	Quantidade de créditos mapeados / Quantidade de créditos existentes * 100	Percentual	100%	Maior Melhor
	Concluir as habilitações ao FCVS	2019-2023	Habilitações Realizadas	Quantidade de contratos habilitados / Quantidade de contratos existentes * 100	Percentual	100%	Maior Melhor
	Realizar cobrança proativa de todos os créditos elegíveis (ativos e não prescritos)	2020-2023	Grau de Efetividade	Cobranças realizadas / créditos elegíveis * 100	Percentual	100%	Maior Melhor
Desenvolver a gestão com foco no cliente	Implementar melhorias na prestação de serviço com foco na satisfação dos clientes (contratantes / arrematantes / cidadãos)	2020-2023	Grau de Efetividade	Melhorias Implementadas / Oportunidades de melhoria identificadas * 100	Percentual	100%	Maior Melhor

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA de 2022 – Ano Base 2021

* As metas relativas exclusivamente aos anos de 2019 e 2020 foram concluídas

PERSPECTIVA DOS PROCESSOS INTERNOS							
Objetivos	Metas	Período	Indicadores	Fórmula	Unidade de Medida	Indicador Meta	Polaridade
Desenvolver cultura de integridade, conformidade, gestão de riscos e controles internos	Desenvolver e atualizar, sempre que necessário, o Programa de Integridade	2019-2023	Grau de Efetividade	Tempo de execução / Tempo estimado	Número Índice	1	Menor Melhor
	Realizar, anualmente, pelo menos um evento de promoção da integridade	2019-2023	Evento realizado	$(\text{Quantidade de Eventos Realizados} / 1) * 100$	Percentual	100%	Maior Melhor
Desenvolver a cultura do planejamento e monitoramento contínuo	Implementar sistema de monitoramento de metas e produtividade	2019-2020	Grau de Efetividade	Tempo de execução / Tempo estimado	Número Índice	1	Menor Melhor
	Implementar relatório mensal de acompanhamento, em que cada gerência ou área de suporte reporta, explica e justifica a situação de suas metas	2020-2023	Relatórios Produzidos	$\text{Quantidade de Relatórios} / \text{Quantidade de áreas} * 100$	Percentual	100%	Maior Melhor
Implementar soluções para melhoria e simplificação de processos internos	Adequar o site da MGI às melhores práticas de governança e transparência	2019-2023	Grau de Efetividade	$\text{Adequações realizadas} / \text{Adequações necessárias}$	Número Índice	1	Maior Melhor
	Implantar novos processos, sistemas, módulos e plataformas para otimizar os processos internos	2019-2023	Grau de Efetividade	$\text{Itens Implantados no ano} / \text{Itens previstos no ano} * 100$	Percentual	100%	Maior Melhor

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA de 2022 – Ano Base 2021

PERSPECTIVA DA APRENDIZAGEM E CRESCIMENTO							
Objetivos	Metas	Período	Indicadores	Fórmula	Unidade de Medida	Indicador Meta	Polaridade
Firmar-se como referência em administração de ativos da administração pública	Promover, periodicamente, capacitação dos funcionários das áreas correlatas à administração de ativos	2019-2023	Grau de Efetividade	$\text{Público alvo} / \text{Público treinado} * 100$	Percentual	100%	Maior Melhor
	Desenvolver plano de marketing para fortalecimento da marca MGI	2020-2023	Grau de Efetividade	$\text{Tempo de execução} / \text{Tempo estimado}$	Número Índice	1	Menor Melhor
Desenvolver a cultura de gestão orientada para resultados	Promover, periodicamente, treinamentos específicos para gestores e funcionários sobre gestão orientada para resultados	2019-2023	Grau de Efetividade	$\text{Público alvo} / \text{Público treinado} * 100$	Percentual	100%	Maior Melhor
	Implementar políticas e diretrizes de gestão de pessoas, voltadas para a gestão orientada para resultados	2019-2020	Grau de Efetividade	$\text{Tempo de execução} / \text{Tempo estimado}$	Número Índice	1	Menor Melhor
Intensificar a educação continuada	Promover, anualmente, treinamentos de atualização e aperfeiçoamento para todos os funcionários	2019-2023	Grau de Efetividade	$\text{Público alvo} / \text{Público treinado} * 100$	Percentual	100%	Maior Melhor
	Promover treinamentos específicos para desenvolvimento de líderes aos gestores e potenciais líderes	2019-2023	Grau de Efetividade	$\text{Público alvo} / \text{Público treinado} * 100$	Percentual	100%	Maior Melhor
	Aumentar em 10% ao ano as horas de treinamento	2019-2023	Grau de Efetividade	$(\text{Horas de treinamento Ano Atual} / \text{Horas de Treinamento Ano Anterior} - 1) * 100$	Percentual	10%	Maior Melhor
	Buscar parcerias que propiciem otimização do custo-benefício da educação continuada	2019-2023	Parcerias Celebradas	Não se aplica	Unidades	2	Maior Melhor

3.1 – Desdobramento das metas na execução do Plano de Negócios no ano de 2021

A seguir, apresentamos o desdobramento dos objetivos estratégicos e metas na execução do Plano de Negócios 2021.

Na execução do Plano de Negócios de 2021, a MGI adaptou-se plenamente à nova metodologia de trabalho adotada em razão da pandemia causada pela COVID-19, para a maior parte das atividades. O pequeno impacto negativo observado relacionou-se com as atividades necessárias de análise de documentação física, bem como aquelas que demandam trabalho externo.

O grande responsável, entretanto, pelo entrave para diversos planos de ação foi o quadro de pessoal restrito, que levou a Companhia a estabelecer como prioridade a obtenção dos resultados financeiros, especialmente da venda de imóveis.

Os resultados não financeiros, com esta estratégia adotada, sofreram impactos negativos, sendo os principais deles relacionados a:

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA de 2022 – Ano Base 2021

- ✓ Elaboração e atualização de normas e procedimentos
- ✓ Implementação de novos processos, sistemas e controles, seja com foco na mitigação de riscos ou na otimização das atividades
- ✓ Capacitação dos empregados
- ✓ Regularização geral da carteira de imóveis, pois focou-se naqueles prioritários para venda
- ✓ Outro obstáculo de grande relevância diz respeito ao Plano de Recuperação Financeira da MGI, cuja medida principal de ação está relacionada a uma solução para a 5ª Emissão de Debêntures e seu contrato de hedge, que depende de acordo com o debenturista.

Após tratativas, não houve aceitação do debenturista quanto à liquidação apenas do hedge ou a sua repactuação, tampouco avançou no âmbito Estado de Minas Gerais a hipótese de liquidação de toda a operação.

Enquanto as opções vigorarem nos moldes atuais, a saúde financeira da Companhia estará comprometida, não obstante todos os esforços direcionados ao incremento de receitas e/ou redução de outros custos e despesas.

Dessa forma, permanece a perspectiva de que a MGI dependa de aportes de recursos.

Em que pese os desafios impostos e o quadro de pessoal enxuto, a MGI atingiu um índice de 66%% na execução do seu Plano de Negócios 2021, conforme demonstrado a seguir:

Objetivos Estratégicos	Plano de Ação	Prazo	Área Principal	% Conclusão
Otimizar a gestão financeira	Acompanhar os indicadores de endividamento, geração de caixa e a qualidade do gasto, gerando relatório mensal de acompanhamento;	Mensal	GECON	100%
Otimizar a gestão financeira	Atualizar o plano de recuperação financeira, considerando os reflexos dos planos de ação já implementados	30/06/2021	Superintendência Administrativo-Financeira e de Governança	100%
Otimizar a gestão financeira	Concluir a elaboração de Política de Gestão do Capital que assegure a gestão eficaz das dívidas e dos recursos disponíveis, a fim de melhorar a geração de caixa	30/06/2021	GECON	80%
Otimizar a gestão financeira	Concluir parametrizações e treinamentos nos módulos de Relatórios contábeis, gerenciais e financeiros no ERP Logix.	31/12/2021	GECON	80%

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA de 2022 – Ano Base 2021

Otimizar a gestão financeira	Coordenar a implementação das medidas de recuperação financeira ainda não concluídas	31/12/2021	Superintendência Administrativo-Financeira e de Governança	75%
Sanear pendências relativas aos convênios celebrados	Concluir análise de 40 prestações de contas por mês (obs.:foi considerado a análise de 40 etapas mês)	Mensal	GECOV	120%
Sanear pendências relativas aos convênios celebrados	Propor ações judiciais de ressarcimento de dano ao erário, conforme apurado pela comissão de tomada de contas especial. As ações dessa natureza são imprescritíveis (art. 37, § 5º CF)	31/12/2021	ASJUR	100%
Ampliar a carteira de clientes	Apresentar os serviços da MGI a pelo menos 05 potenciais clientes no ano de 2021	31/12/2021	Superintendência de Relacionamento com o Cliente	100%
Desenvolver a gestão com foco no cliente	Desenvolver pesquisa de satisfação a ser aplicada aos clientes (contratantes da MGI) a fim de buscar a melhoria contínua	30/06/2021	Superintendência de Relacionamento com o Cliente	10%
Desenvolver a gestão com foco no cliente	Finalizar os processos de doações de 110 imóveis não cadastrados.	31/12/2021	GERAT	4%
Desenvolver a gestão com foco no cliente	Finalizar os registros cartorários dos processos de doações de 300 imóveis, localizados em diversos municípios conforme Lei 21.100/13.	31/12/2021	GERAT	0,00%
Otimizar a recuperação de créditos	Concluir o credenciamento de advogados para atendimento de demandas judiciais em comarcas do interior do Estado de Minas Gerais e outros Estados da Federação	31/03/2021	GELIC	100%
Otimizar a recuperação de créditos	Depurar os 149 contratos restantes e habilitar os cabíveis - Carteira Bemge	31/12/2021	GECRE	100%
Otimizar a recuperação de créditos	Elencar os créditos prioritários, da carteira MGI, para foco em negociação	30/06/2021	ASJUR	100%

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA de 2022 – Ano Base 2021

Otimizar a recuperação de créditos	Enviar, gradativamente, carta de cobrança a todos os créditos da carteira MGI identificados pela Asjur como passíveis de cobrança	31/12/2021 (contínuo)	GECRE	100%
Otimizar a recuperação de créditos	Enviar, gradativamente, carta de cobrança a todos os créditos identificados pela AGE como passíveis de cobrança, com foco na negociação com maiores devedores	31/12/2021 (contínuo)	GECRE	100%
Otimizar a venda de imóveis	Ampliar em 15% o alcance médio das peças de marketing digital	31/12/2021	Superintendência de Relacionamento com o Cliente	100%
Otimizar a venda de imóveis	Concluir implantação do Sistema de Leilão Eletrônico	31/03/2021	SUTEC	90%
Otimizar a venda de imóveis	Finalizar as pedências (cartórios e prefeituras) identificadas nas carteiras administradas (MGI: 17; SEF: 176)	31/12/2021	GERAT	16%
Otimizar a venda de imóveis	Realizar licitação de todos os imóveis disponíveis para venda (carteira própria, Estado e demais clientes); mínimo de 6 licitações no ano	1ª: mar/2021 2ª: mai/2021 3ª: jul/2021 4ª: set/2021 5ª: out/2021 6ª: dez/2021	GERAT	166,67%
Desenvolver a cultura do planejamento e monitoramento contínuo	Elaborar relatório mensal de acompanhamento das metas da área, apresentando os resultados parciais, justificativas e planos de ação para corrigir os desvios detectados	Até o dia 15 do mês subsequente	Todas as áreas	100%
Desenvolver cultura de integridade, conformidade, gestão de riscos e controles internos	Atualizar, sob coordenação do Núcleo de Integridade e Gestão de riscos, o mapa de riscos de cada área	30/06/2021	Todas as áreas	80%
Desenvolver cultura de integridade, conformidade, gestão de riscos e controles internos	Avaliar o resultado apresentado pela gestão de riscos, a fim de utilizar os resultados obtidos como indicadores para os próximos trabalhos a serem realizados pela Auditoria Interna;	31/12/2021	GEAUD	100%
Desenvolver cultura de integridade, conformidade, gestão de riscos e controles internos	Concluir adequação da empresa à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais	31/08/2021	Comissão de Adequação à LGPD	85%

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA de 2022 – Ano Base 2021

Desenvolver cultura de integridade, conformidade, gestão de riscos e controles internos	Concluir o projeto "Embaixadores da Integridade", mediante treinamento dos embaixadores selecionados	30/06/2021	Núcleo de Integridade e Gestão de Riscos	0%
Desenvolver cultura de integridade, conformidade, gestão de riscos e controles internos	Elencar os processos judiciais de maior risco, avaliá-los e propor medidas de mitigação	31/12/2021	ASJUR	75%
Desenvolver cultura de integridade, conformidade, gestão de riscos e controles internos	Implementar os controles internos e demais medidas necessárias para mitigação dos riscos que estiverem fora do patamar aceitável	31/12/2021	Todas as áreas	80%
Desenvolver cultura de integridade, conformidade, gestão de riscos e controles internos	Promover comunicação recorrente, no mínimo mensal, sobre o Programa de Integridade, a Política de Integridade, Gestão de Riscos e Controles Internos, Código de Conduta, políticas, normativos internos e temas correlatos	mensal	Núcleo de Integridade e Gestão de Riscos	100%
Desenvolver cultura de integridade, conformidade, gestão de riscos e controles internos	Promover uma ação de prevenção e/ou aperfeiçoamento disciplinar. Conforme estabelecido na I.S. COGE/CGE nº 02/2018 de 31/01/2018 (obs.: cancelado devido à revoação da norma)	31/12/2021	GEAUD	CANCELADO
Desenvolver cultura de integridade, conformidade, gestão de riscos e controles internos	Realizar a 3ª Semana da Integridade	31/12/2021	Núcleo de Integridade e Gestão de Riscos	100%
Desenvolver cultura de integridade, conformidade, gestão de riscos e controles internos	Verificar os controles internos de pelo menos 02 riscos apontados como sensíveis no gerenciamento de riscos da MGI e emitir recomendações preventivas	31/12/2021	GEAUD	100%
Implementar soluções para melhoria e simplificação de processos internos	Atualizar a Norma de Serviço da GELIC, com delimitação mais clara das atribuições dos gestores e fiscais nas contratações a serem celebradas.	30/06/2021	GELIC	20%

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA de 2022 – Ano Base 2021

Implementar soluções para melhoria e simplificação de processos internos	Atualizar as normas de serviço da GECON: fundo fixo, contas a pagar e contas a receber	30/06/2021	GECON	85%
Implementar soluções para melhoria e simplificação de processos internos	Disponibilizar e atualizar continuamente um banco de pareceres visando uniformização de teses e orientações jurídicas, possibilitando o acesso à Diretoria e demais áreas	31/12/2021 - contínuo	ASJUR	100%
Implementar soluções para melhoria e simplificação de processos internos	Elaborar Manual Operacional de Gestão de Contratos	30/06/2021	GELIC	30%
Implementar soluções para melhoria e simplificação de processos internos	Implantar métodos e sistema de Gestão da Informação	31/12/2021	SUTEC	20%
Implementar soluções para melhoria e simplificação de processos internos	Implantar Sistema de Prestação de Contas (obs.: cancelado uma vez verificado que a análise eletrônica não prescindiria o trabalho dos técnicos, não compensando o custo/benefício.)	31/12/2021	SUTEC	CANCELADO
Implementar soluções para melhoria e simplificação de processos internos	Implantar sistema informatizado de Avaliação de Desempenho (obs. O sistema será desenvolvido internamente, após a finalização do sistema de gestão de imóveis e gestão jurídica)	31/12/2021	GERHU	10%
Implementar soluções para melhoria e simplificação de processos internos	Implementar no site da MGI solução para atualização automática de informações obrigatórias (LAI)	31/12/2021	SUTEC	100%
Implementar soluções para melhoria e simplificação de processos internos	Solucionar pendências relativas a 22 veículos (sucata) de propriedade da MGI, a fim de aliená-los	31/12/2021	GERAT	18%
Desenvolver a cultura de gestão orientada para resultados	Disponibilizar 2 treinamentos voltados para a liderança relacionadas a gestão orientada para resultados	30/06 e 31/12	GERHU	0%

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA de 2022 – Ano Base 2021

Desenvolver a cultura de gestão orientada para resultados	Disponibilizar 2 treinamentos voltados para todos os funcionários relacionadas a gestão orientada para resultados.	30/06 e 31/12	GERHU	0%
Desenvolver a cultura de gestão orientada para resultados	Disponibilizar orientações mensais relacionadas a gestão orientada para resultados	mensal	GERHU	25%
Firmar-se como referência em administração de ativos da administração pública	Criação de Campanhas Publicitárias internas e externas com temas gerais da empresa	Conforme agenda institucional	Superintendência de Relacionamento com o Cliente	100%
Firmar-se como referência em administração de ativos da administração pública	Disponibilizar a cada trimestre pelo menos 1 capacitação relacionada a venda e/ou Aspectos Teóricos e Práticos do Registro de Imóveis e/ou Gestão Imobiliária e/ou Despachante imobiliário	Ao fim de cada trimestre	GERHU	0%
Firmar-se como referência em administração de ativos da administração pública	Disponibilizar pelo menos 1 treinamento referente a Direito imobiliário	31/12/2021	GERHU	100%
Firmar-se como referência em administração de ativos da administração pública	Disponibilizar pelo menos 1 treinamento referente a Marketing (digital e não-digital)	30/06/2021	GERHU	0%
Firmar-se como referência em administração de ativos da administração pública	Disponibilizar pelo menos 1 treinamento referente a Negociação	31/12/2021	GERHU	0%
Firmar-se como referência em administração de ativos da administração pública	Ideintificar novas parcerias dentro do Estado para divulgação da MGI e seus negócios (sites dos órgãos, peças publicitárias em eventos, etc)	31/12/2021 (contínuo)	Superintendência de Relacionamento com o Cliente	100%
Firmar-se como referência em administração de ativos da administração pública	Implementar, gradativamente, melhorias no Site da MGI com foco na imagem da marca e potencialização de vendas	31/12/2020	Superintendência de Relacionamento com o Cliente	100%

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA de 2022 – Ano Base 2021

Intensificar a educação continuada	Aumentar em 10% ao ano as horas de treinamento.	31/12/2021	GERHU	0%
Intensificar a educação continuada	Disponibilizar 2 treinamentos relacionados à liderança para os gestores e seus substitutos imediatos.	30/06 e 31/12/2021	GERHU	0%
Intensificar a educação continuada	Disponibilizar pelo menos 1 treinamento por área para aperfeiçoamento de atividades específicas ou gerais, entre elas Lei 13.303 (licitação e contratos, Gestão e fiscalização de contratos, Prestação de contas de convênios)	31/12/2021	GERHU	50%
Intensificar a educação continuada	Manter pelo menos duas parcerias para descontos aos funcionários em instituições de ensino	31/12/2021 (contínuo)	GERHU	100%
Média				66%

4 – Recursos para custeio das políticas públicas:

As políticas públicas exercidas pela MGI possuem as seguintes fontes de recursos:

Política Pública	Fonte de Recursos
Suporte ao Desenvolvimento Estadual	Os repasses efetuados aos convenientes são oriundos de aportes de capital efetuados pelo Estado de Minas Gerais na MGI.
Direitos de Crédito Autônomos e Debêntures	Os juros e amortizações das debêntures são pagos com recursos próprios da MGI, oriundos, principalmente, da arrecadação da carteira de direitos de crédito autônomos e receitas de dividendos e juros sobre capital próprio provenientes dos seus investimentos em participação societária. Os pagamentos das opções vinculadas às debêntures são realizados com recursos oriundos de integralizações de capital pelo acionista controlador, a título de recomposição patrimonial.
Administração de ativos do Estado de Minas Gerais	Os custos decorrentes da administração de ativos do Estado de Minas Gerais são custeados pelas respectivas receitas de prestação de serviços.
Administração de ativos próprios	Os custos decorrentes da administração de ativos próprios são suportados pelas receitas geradas na recuperação dos créditos e venda dos imóveis.

5 – Impactos econômico-financeiros da operacionalização das políticas públicas:

(A) Os indicadores utilizados para mensuração do impacto econômico-financeiro das operações são os fluxos de caixa gerados.

(B) Em relação às políticas operacionalizadas com recursos advindos do Tesouro Estadual (convênios), os custos diretos incorridos pela Companhia correspondem à mão de obra utilizada na execução dessas ações. A contrapartida do custo incorrido pela Companhia são as receitas financeiras decorrentes da aplicação dos recursos aportados pelo Estado de Minas Gerais.

(C) Quanto às ações realizadas com recursos próprios:

(i) **Participação societária:** os investimentos em participações societárias, com recursos próprios, devem ser precedidos de análise de viabilidade econômico-financeira. O retorno sobre o investimento se dá por meio das receitas de dividendos e juros sobre o capital próprio e/ou da venda desses ativos.

(ii) **Direitos de crédito autônomos e debêntures:** os fluxos de caixa gerados pela operação correspondem a:

(a) **Entradas:** (a-1) arrecadação proveniente da carteira de direitos de crédito autônomos; (a-2) proventos oriundos das ações aportadas pelo Estado na MGI para viabilizar a quinta emissão de debêntures; (a-3) valor de liquidação das opções de venda atreladas à 5ª emissão.

(b) **Saídas:** (b-1) pagamentos de juros e amortizações das debêntures; (b-2) valor de liquidação das opções de compra atreladas à 5ª emissão; (b-3) taxas e encargos relacionados à operação.

(iii) **Administração de Ativos do Estado de Minas Gerais:** o impacto econômico-financeiro do contrato de administração de ativos corresponde à diferença entre a receita de prestação de serviços e o respectivo custo.

(iv) **Administração de ativos próprios:** o impacto econômico-financeiro é medido pela diferença entre os valores arrecadados e os custos incorridos. Em relação à carteira oriunda do BEMGE, a rentabilidade da MGI corresponde a 10% do resultado positivo apurado. Quanto à carteira advinda do Credireal, a MGI faz jus à totalidade do resultado auferido.

6 – Outras informações relevantes sobre objetivos de políticas públicas:

Todas as informações relevantes relativas às políticas públicas foram detalhadas nos itens anteriores.



CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA de 2022 – Ano Base 2021

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A MGI esclarece que as informações sobre governança corporativa requeridas no Art. 8º, inciso III da Lei Federal nº 13.303 de 2016 e no art. 13, inciso III do Decreto Estadual nº 47.154 de 2017, anteriormente eram divulgadas ao mercado através do Formulário de Referência elaborado nos termos da Instrução CVM nº 480 de 2009 e suas alterações, por ser companhia aberta registrada na categoria B da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). No entanto, com o cancelamento voluntário de registro de companhia aberta, categoria B, na CVM, em março de 2022, a MGI passa a informar tais dados nesta Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa.

A seguir, indicamos as principais informações:

1 – Atividades desenvolvidas

A MGI é uma sociedade anônima controlada pelo Estado de Minas Gerais. Suas principais atividades são: (i) participações societárias em outras empresas, no intuito de fomentar o desenvolvimento socioeconômico estadual; (ii) recuperação de créditos em liquidação oriundos de bancos estaduais extintos ou privatizados (Minascaixa, Bemge e Credireal), abrangendo tanto créditos próprios, adquiridos dos bancos privatizados mediante contrato de cessão, quanto créditos do Estado de Minas Gerais, mediante contrato de prestação de serviços. (iii) alienação de bens imóveis próprios ou de terceiros, por meio de leilões, concorrências públicas e venda direta. (iv) captação de recursos no mercado de capitais (emissão de debêntures); (v) celebração de convênios que visem ao desenvolvimento estadual.

Missão

Atuar estrategicamente em soluções voltadas para o Sistema Estadual de Finanças, por meio da administração e saneamento de ativos, operações financeiras e apoio ao desenvolvimento socioeconômico, sempre pautando sua conduta na ética e na integridade.

Visão

Ser reconhecida como referência em ações de suporte ao Sistema Estadual de Finanças.

(A) Participação Societária em Empresas do Território Mineiro

Uma das primeiras e principais atividades desenvolvidas pela Companhia foi a participação acionária em empresas privadas ou de economia mista, no território mineiro, em fase de instalação, modernização ou expansão, que apresentem índices técnicos e econômico-financeiros satisfatórios, bem como para participar de projetos de desenvolvimento regional de interesse público que, elaborados em conjunto com a Administração Pública do Estado de Minas Gerais, tenham por objetivo o desenvolvimento das atividades econômicas nos setores agrícola, industrial, comercial e de serviços no Estado de Minas Gerais.

Embora a Companhia não tenha atuado nos últimos anos e não possua planos de atuar em novas participações, os investimentos realizados geram receitas de juros sobre capital próprio e dividendos pagos pelas companhias investidas, representando uma das mais importantes fontes de receita da Companhia.

Apresentamos abaixo as principais participações da Companhia em outras empresas (posição 31/12/2021):

INVESTIMENTOS	SETOR	PARTICIPAÇÃO (%)
Cemig – Companhia Energética de Minas Gerais	Energia	0,83
BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	Financeiro	0,94
Copasa - Cia de Saneamento de Minas Gerais	Saneamento	0,13
Empresas do Grupo Gerdau	Siderurgia	0,02
CODEMGE - Companhia de Desenvolvimento Econômico de MG	Desenvolvimento Estadual	0,001

A participação na Cemig, que correspondia a 0,07% em 31 de dezembro de 2019, aumentou para 0,46% em 31 de dezembro de 2020 e 0,83% em 31 de dezembro de 2021. O aumento em 2021 ocorreu em virtude da devolução de parte das ações emprestadas ao Credit Suisse.

As ações emprestadas são devolvidas à MGI conforme cronograma expresso no Contrato de Empréstimo de Ações, em 19 partes iguais, a partir de julho de 2019, semestralmente até julho de 2028. No período em que as ações estiverem emprestadas, a MGI faz jus ao reembolso de quaisquer proventos distribuídos pela Cemig.

(B) Atuação no Setor de Recuperação de Direitos Creditórios

A MGI adquiriu, junto aos bancos estaduais privatizados, Banco do Estado de Minas Gerais – BEMGE e Banco de Crédito Real de Minas Gerais – Credireal, mediante contratos de cessão, carteiras de créditos lançados na conta de créditos em liquidação ou baixados em prejuízo. Nas datas de suas respectivas aquisições, essas carteiras possuíam valores de aproximadamente R\$410 milhões (carteira BEMGE) e R\$324 milhões (carteira Credireal), sendo que as carteiras foram adquiridas pelo montante simbólico



CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA de 2022 – Ano Base 2021

de R\$18 mil para os créditos adquiridos do BEMGE e R\$1 mil para os créditos adquiridos do Credireal. Nos termos do Contrato Particular de Cessão de Créditos e Outras Avenças celebrado com o BEMGE, 90% do resultado da recuperação de créditos do BEMGE será pago aos antigos acionistas do Banco (incluindo o Estado de Minas Gerais), e 10% corresponderá à remuneração da MGI. Em relação à carteira adquirida do Credireal, a Companhia faz jus a 100% dos resultados auferidos.

Em virtude do *know how* na recuperação de créditos em liquidação, em 2003, a Secretaria de Estado de Fazenda, objetivando reduzir custos e buscar alternativas para o encerramento das carteiras de créditos decorrentes da extinta Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais - MINASCAIXA e das privatizações do BEMGE e do Credireal, celebrou com a MGI o Contrato de Prestação de Serviços para administração e recuperação desses ativos. Todos os valores recuperados são repassados ao Estado de Minas Gerais e, pela prestação do serviço, a MGI é remunerada semestralmente mediante emissão de nota fiscal de serviços.

Nos termos da Lei do Estado de Minas Gerais nº 19.266/2010, a Companhia foi autorizada a adquirir o direito autônomo ao recebimento de certos créditos tributários, reconhecidos pelos contribuintes, objeto de parcelamentos administrativos referentes ao ICMS (“Direitos de Crédito Autônomos”), que se encontram ou não inscritos na dívida ativa do Estado de Minas Gerais, de maneira a formar um conjunto de recebíveis determinado.

A cessão foi realizada em 24 de julho de 2012 pelo valor de R\$1,819 bilhão e apresentou as seguintes características: (i) compreende apenas o direito autônomo ao recebimento do crédito; (ii) somente recai sobre o recebimento dos créditos tributários vencidos e reconhecidos pelo contribuinte ou devedor mediante a formalização do parcelamento; (iii) não modifica a natureza do crédito tributário que originou os direitos creditórios objeto da cessão, o qual mantém suas garantias, privilégios, condições de pagamento, critérios de atualização e data de vencimento; (iv) não transfere a prerrogativa de cobrança judicial e extrajudicial dos créditos tributários originadores, que devem permanecer com a Advocacia-Geral do Estado - AGE ou a Secretaria de Estado de Fazenda - SEF; (v) não é realizada por valor inferior ao saldo atualizado do parcelamento, excluídos juros e demais acréscimos financeiros incidentes sobre as parcelas vincendas; (vi) é parcial, ficando excluídas (a) a parcela pertencente aos Municípios, nos termos do disposto no inciso IV do art. 158 e no art. 159 da Constituição Federal, e ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB (“FUNDEB”) e (b) as verbas que decorram do ajuizamento de ações judiciais, inclusive honorários advocatícios; (vii) possui caráter definitivo, sem assunção, pelo Estado, perante nossa Companhia, de responsabilidade pelo efetivo pagamento a cargo do contribuinte ou de qualquer outra espécie de compromisso financeiro que possa, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (“LRF”), caracterizar a cessão dos Direitos de Crédito Autônomos como operação de crédito.

Após a realização dessa operação, essa carteira de recebíveis passou a fazer parte significativa das receitas da Companhia (Variações Monetárias Ativas).

(C) Serviços Destinados a Alienação de Bens Imóveis

A Companhia presta serviços técnicos destinados à alienação de bens imóveis por meio de leilões e concorrências públicas. Sua atuação compreende a regularização cartorária, tributária e documental, divulgação, contratação de avaliação mercadológica, realização dos processos licitatórios, conforme prescrito na lei de licitações (Lei 8.666/93) e na lei das estatais (Lei 13.303/16), a procedimentos pós-venda. Tem como principal cliente a Secretaria de Estado de Fazenda (SEF), mas já prestou serviços a outras secretarias, órgãos e empresas públicas. O Planejamento Estratégico da Companhia prevê a celebração de novos contratos para prestação deste serviço a outros órgãos e entidades da administração pública direta e indireta do Estado.

Neste ano de 2021, a MGI celebrou dois novos contratos para venda de imóveis de propriedade da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE e do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem - DER.

(D) Emissões de Debêntures

As emissões de debêntures realizadas pela Companhia fazem parte de suas atividades operacionais, conforme previsto em seu estatuto, que define como parte de seu objeto social realizar operações de aquisição de créditos do Estado de Minas Gerais e captar recursos, por meio de operações de mercado de capitais, com o objetivo de aquisição de tais créditos. Desta forma, com o intuito de contribuir com o sistema estadual de finanças, a Companhia realizou as seguintes emissões de debêntures:

(i) 2ª Emissão (debêntures subordinadas)

Emitidas de forma privada pelo valor de R\$1,819 bilhão como forma de pagamento da carteira de Direitos de Crédito Autônomos, as debêntures subordinadas foram totalmente subscritas pelo Estado de Minas Gerais.

(ii) 3ª Emissão (debêntures seniores)

Emissão pública pelo valor de R\$316 milhões, teve como objetivo a amortização extraordinária das debêntures subordinadas, como uma forma de apoiar o sistema estadual de finanças. Foi liquidada em agosto de 2017.

(iii) 4ª Emissão

Emissão pública destinada a investidores qualificados, pelo valor de R\$650 milhões, também destinada a amortização extraordinária das debêntures subordinadas. As debêntures da 4ª emissão possuem como principal garantia ações preferenciais de emissão da Cemig (CMIG4) e foram integralmente subscritas pelo Banco Credit Suisse. Esta emissão foi liquidada em novembro de 2015.

(iv) 5ª Emissão

Emissão pública destinada a investidores qualificados, pelo valor de R\$650 milhões, destinada à quitação das debêntures de 4ª emissão, às quais veio a substituir por meio de uma reestruturação, visando à obtenção de condições mais favoráveis à Companhia.

(E) Convênios

A partir de outubro 2013, firmamos convênios com entidades públicas municipais, autarquias e fundações, em parceria com Secretarias de Estado de Minas Gerais, com o objetivo de promover ações que visem ao desenvolvimento do Estado de Minas Gerais, tais como: obras de apoio à infraestrutura municipal, obras de saneamento básico, reformas e ampliações de Parques de Exposições Agropecuários, recuperação e manutenção de rodovias. Os repasses aos convenientes são viabilizados por aportes de capital efetuados pelo nosso acionista controlador, Estado de Minas Gerais. Desde 2019, a MGI não celebra novos convênios, atuando exclusivamente na análise das prestações de contas e nas medidas administrativas decorrentes, assim como no repasse de parcelas remanescentes.

2 – Estrutura de controle

Acionista	CNPJ/MF/CPF/MF	Quantidade de ações		% detido em relação à respectiva espécie de ações	
		Ordinárias	Total	Ordinárias	Total
Estado de Minas Gerais	18.715.615/0001-60	574.184.398	574.184.398	99,9557%	99,9557%
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG	38.486.817/0001-94	165.323	165.323	0,0288%	0,0288%
Companhia Energética de Minas Gerais S.A. - CEMIG	17.155.730/0001-64	53.307	53.307	0,0093%	0,0093%
Ações em Tesouraria	--	35.860	35.860	0,0062%	0,0062%
Total	--	574.438.888	574.438.888	100%	100%

3 – Fatores de risco

(A) Ao emissor

Alguns negócios da Companhia podem deixar de ser rentáveis

Gestão e recuperação de ativos dos bancos estaduais extintos ou privatizados

Uma das atividades da Companhia é a gestão e recuperação de ativos oriundos de bancos estaduais extintos ou privatizados, por meio de negociação extrajudicial dos créditos em liquidação, cobranças judiciais e alienação de bens imóveis por meio de procedimentos licitatórios. A Companhia atua tanto em suas próprias carteiras de ativos, adquiridas do BEMGE e do CREDIREAL mediante contratos de



CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA de 2022 – Ano Base 2021

cessão, quanto em carteiras de ativos do Estado de Minas Gerais, mediante contrato de prestação de serviços.

Tendo em vista a composição dessas carteiras de ativos, formadas por créditos em liquidação, muitos sem garantias consistentes, e bens imóveis, muitos de baixa atratividade ao mercado, existe uma tendência de decréscimo nas receitas geradas por essa operação. Com o passar dos anos, conforme os ativos de maior potencial são recuperados, restando aqueles de menor recuperabilidade, existe o risco de se cruzar o ponto de equilíbrio, de modo que as receitas deixem de ser suficientes para cobrir os custos. A curva decrescente da recuperação desses ativos também pode impactar no valor que o cliente Estado de Minas Gerais estará disposto a pagar à MGI pela prestação de serviço.

As estratégias da Companhia para mitigação desse risco são: (i) desenvolver estratégias para maximização dos resultados dessas operações; (ii) investir em novos negócios, de modo que eventual prejuízo decorrente do negócio de recuperação de ativos não tenha impacto global relevante.

(B) A seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

O Estado de Minas Gerais é acionista controlador e exerce influência substancial sobre a orientação estratégica dos negócios da Companhia. Este acionista, atualmente, detém 99,96% das ações ordinárias, e, conseqüentemente, tem o direito à maioria dos votos em decisões tomadas em nossas assembleias gerais, podendo (i) eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e (ii) determinar a quais negócios e operações a Companhia deve se dedicar. As operações da Companhia impactam no desenvolvimento do Estado de Minas Gerais e suas condições sociais. No passado, o Governo Estadual utilizou e poderá utilizar no futuro sua qualidade de acionista controlador para decidir se a Companhia deve se dedicar a certas atividades e efetuar certos investimentos destinados, principalmente, a promover os objetivos econômicos ou sociais do Estado. Existe o risco de que uma operação de interesse do Estado seja inviável para a MGI. Para mitigar o risco de que os interesses do acionista possam prejudicar os interesses dos investidores, a Companhia possui pelo menos 25% do seu Conselho de Administração formado por membros independentes. Além disso, a Companhia possui uma Política de Transações com Partes Relacionadas, atualizada anualmente, que visa a assegurar que as transações da Companhia com seu controlador e com as demais partes relacionadas ocorram de forma transparente, equitativa, comutativa, competitiva, em conformidade com os dispositivos legais e em observância às melhores práticas de Governança Corporativa.

(C) A seus fornecedores

A Companhia não possui riscos residuais significativos em relação aos seus fornecedores. A MGI aplica procedimentos de due diligence de terceiros para mitigar o risco de contratar com fornecedores inidôneos ou que possam representar qualquer tipo de risco para a Companhia. Além disso, aplica os preceitos da Lei nº 13.303/2016 em todas as suas contratações.



CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA de 2022 – Ano Base 2021

(D) Aa seus clientes

A Companhia possui contratos com seu acionista controlador para realizar a cobrança de créditos em liquidação e para realizar a administração e alienação de imóveis de propriedade do Estado de Minas Gerais. Até julho de 2020, a Companhia também prestava suporte administrativo à Advocacia Geral do Estado na condução judicial desses ativos, tendo havido a descontinuidade do contrato. Caso os contratos vigentes sejam cancelados, a redução de receita corresponderia a cerca de 1,42% da receita operacional líquida, com base na média da receita auferida nos últimos 02 exercícios sociais, portanto o impacto não seria significativo.

(E) Aos setores da economia nos quais o emissor atue

(i) Risco de crédito: a Companhia pode não ser capaz de receber o montante total de sua carteira de recebíveis

A Companhia possui uma carteira de recebíveis formada por créditos em liquidação adquiridos junto ao Banco do Estado de Minas Gerais – Bemge (“BEMGE”) e Banco de Crédito Real de Minas Gerais – Credireal (“Credireal”). Considerando a natureza e data em que os empréstimos foram concedidos (cerca de 30 anos), é natural que as receitas com a recuperação desses créditos reduzam no decorrer do tempo. Entretanto, tendo em vista que essa receita representou cerca de 2,4% da receita operacional líquida no último exercício, a redução dessa receita não terá impactos significativos. Não obstante, são envidados crescentes esforços para aumentar a efetividade das cobranças, por vias administrativa e judicial. Nos processos judiciais em que a Companhia não obtiver êxito, terá de arcar com ônus de sucumbência de difícil mensuração.

Em 2012, a Companhia adquiriu do Estado de Minas Gerais, por meio de Contrato de Cessão Onerosa, o direito autônomo ao recebimento de certos créditos tributários vencidos, inscritos ou não em dívida ativa, objeto de parcelamentos (“Direitos de Crédito Autônomos”). Para aquisição da carteira, a Companhia realizou sua segunda emissão de debêntures, da espécie subordinada, integralmente subscrita pelo Estado de Minas Gerais. Em seguida, realizou sua 3ª emissão de debêntures, cujos recursos captados foram utilizados para amortização da segunda emissão. Os recursos arrecadados e o aumento da inadimplência desses parcelamentos podem impactar significativamente no fluxo de caixa da Companhia. Entretanto, a Administração considera que o risco inerente a esses impactos está mitigado em razão dos seguintes fatores: (i) A terceira emissão de debêntures foi liquidada em 2017; (ii) O saldo da carteira de direitos de crédito autônomos, incluindo os parcelamentos rompidos (inadimplentes há mais de três meses) poderá ser utilizado para pagamento das debêntures subordinadas, mediante dação em pagamento.

(ii) As sociedades nas quais a Companhia possui investimentos estão sujeitas aos riscos dos setores em que atuam

A Companhia possui, atualmente, investimentos em companhias dos setores de energia, saneamento básico, financeiro e siderurgia. Os dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) provenientes desses investimentos constituem uma importante fonte de receita para a Companhia, sobretudo os proventos distribuídos pela Cemig – Companhia Energética de Minas Gerais, que representam cerca de 97% das receitas de participação societária. Uma redução de lucros ou mudança na política de distribuição de resultados dessas companhias pode afetar significativamente nossos resultados, uma vez que essas receitas corresponderam a 68,79% da receita líquida em 2021, 48,11% em 2020 e 38,8% em 2019.

O investimento na Cemig está diretamente relacionado ao cumprimento das obrigações com a quinta emissão de debêntures, cuja garantia é composta pela alienação fiduciária de ações preferenciais emitidas pela Cemig (CMIG4) e de todos direitos econômicos, presentes e futuros, inerentes a essas ações. Ademais, os proventos oriundos da participação acionária na Cemig constituem a principal fonte de receita para o pagamento da remuneração e da amortização dessas debêntures.

(iii) Riscos de mercado: opções flexíveis sobre ações

No escopo da repactuação da 4ª Emissão de Debêntures, por meio da 5ª Emissão de Debêntures, as garantias dadas aos debenturistas foram reestruturadas. Além do empréstimo de ações CMIG4, a nova estrutura contemplou a celebração de operações de opções flexíveis sobre ações, do tipo europeias, cujo preço de liquidação é dado pela média aritmética simples dos preços médios de fechamento da CMIG4 (opções asiáticas) dos dez pregões imediatamente anteriores a data de vencimento de cada opção. Essa operação teve como objetivo proteger a Companhia das sucessivas baixas observadas nas cotações das ações CMIG4, que constituíam a principal garantia das debêntures.

Nesse contexto, a Companhia tornou-se a titular de 68.582.845 opções de venda lançada pelo Credit Suisse e, concomitantemente, lançou a mesma quantidade de opções de compra, das quais o Credit Suisse é titular. As opções de compra e de venda estão divididas em 19 grupos cujos vencimentos ocorrem semestralmente, sendo o vencimento do primeiro grupo em 12/07/2019 e do último grupo em 12/07/2028. As quantidades de opções são ajustadas sempre que a Cemig anuncia a distribuição de proventos. Em 31 de dezembro de 2021, as quantidades de opções de compra e venda totalizavam 90.770.764.

As opções de venda correspondem a um ativo para a Companhia, dado que, em cada data de vencimento, caso o preço de liquidação seja inferior ao preço de exercício, a Companhia receberá a diferença positiva entre o preço de exercício e o preço de liquidação, multiplicada pela quantidade de opções correspondente.

As opções de compra, por sua vez, correspondem a um passivo para a Companhia, dado que, em cada data de vencimento, caso o preço de liquidação seja superior ao preço de exercício, a Companhia pagará

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA de 2022 – Ano Base 2021

a diferença positiva entre o preço de liquidação e o preço de exercício, multiplicada pela quantidade de opções correspondente. Em 2021, a Companhia efetuou pagamentos de R\$44.532 mil na liquidação das quarta e quinta tranches das opções.

Portanto, nas datas de vencimento das opções, caso as ações CMIG4 estejam valorizadas, acarretarão ônus à Companhia. A Companhia não pode prever com precisão o valor a ser desembolsado pelas opções, em razão das incertezas inerentes ao mercado de capitais, mas calcula trimestralmente o valor justo das opções por meio da calculadora “OVME” do terminal Bloomberg. Em 31 de dezembro de 2021, a diferença entre o valor justo das opções de compra e o valor justo das opções de venda totalizava R\$461.492 mil, ou seja, estima-se que a Companhia seja onerada em torno desse montante. Variáveis como a cotação da ação e o valor dos proventos por ação ao longo da vigência do contrato impactam nesse resultado.

(iv) Risco de liquidez: 5ª emissão de debêntures e obrigações vinculadas

Considerando que a principal receita para cumprimento das obrigações da 5ª emissão são os proventos recebidos da CEMIG, que é uma variável exógena à Companhia, existe um risco de liquidez vinculado a essa operação.

Além dos juros e amortizações semestrais, existem os valores a pagar em função do contrato de opções flexíveis sobre ações, conforme exposto no item anterior, que podem gerar um alto impacto financeiro.

A Companhia vem monitorando os indicadores de liquidez, que se mostram satisfatórios até o momento. Não obstante, por ser uma operação altamente suscetível a riscos de mercado, a Administração vem estudando os fluxos de caixa em diferentes cenários para definir uma estratégia de mitigação dos riscos a longo prazo.

Ademais, em caso de a Companhia não dispor recursos suficientes para quitação das obrigações, as garantias reais são suficientes para liquidação da operação, sem risco de gerar prejuízo aos investidores.

(v) Riscos relativos aos convênios celebrados

Com o intuito de contribuir com o desenvolvimento socioeconômico do Estado de Minas Gerais, a Companhia possui convênios de saída celebrados com entidades públicas municipais, autarquias e fundações com interveniência e apoio técnico de Secretarias de Estado responsáveis pelas políticas públicas setoriais. Segundo a governança de gestão de convênios do Estado, regida pelo Decreto 43.619/13, a Companhia atua apenas como operadora financeira do Estado de Minas Gerais, que é, a priori, o detentor do capital investido.

A responsabilidade técnica pela celebração, acompanhamento e inspeção dos convênios fica a cargo das Secretarias de Estado intervenientes, com as quais a MGI celebrou Termo de Cooperação Técnica, ficando a cargo da Companhia apenas a realização dos pagamentos e a revisão dos processos de

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA de 2022 – Ano Base 2021

prestação de contas parcial e final, com validação do processo (celebração, monitoramento e inspeção) instruído pelas Secretarias responsáveis.

Apesar da responsabilidade da MGI em relação aos pagamentos, ela depende de autorização do Comitê Gestor do Programa de Investimentos (CGMGI) em convênios, cujos Presidente e Secretário, são, respectivamente, o Secretário de Governo e o Secretário de Fazenda, bem como da integralização por seu acionista controlador do capital social compromissado para o pagamento de convênios.

Em junho de 2017, a Companhia contratou um parecer jurídico independente, para avaliar qual a responsabilidade da MGI, os riscos e obrigações pecuniárias ou não a que a Companhia está sujeita no seu papel de gestora desses convênios à luz dessa legislação e governança estabelecida, nos casos de inadimplência previstas, tais como:

- a) Convênios que estão com a prestação de contas em atraso;
- b) Convênios que tiveram sua prestação de contas desaprovada;
- c) Convenientes com débitos/irregularidades perante a administração pública

Transcrevemos abaixo os principais apontamentos do parecer:

“No tocante às obrigações contratuais assumidas pela MGI, bem como no seu dever de exercer o controle interno dos contratos celebrados, existe a possibilidade de responsabilização dos administradores e empregados da Companhia pela omissão na adoção de medidas de controle interno, em especial no tocante à instauração da Tomada de Contas Especial, nos termos da Instrução Normativa 03/2013 e art. 158 da Lei 6.404/76. Para tanto, concluímos que:

a) A existência de convênios vencidos, por si só, não revela qualquer irregularidade, uma vez que a legislação aplicável prevê prazos para a análise das prestações de contas ou mesmo a adoção de medidas administrativas visando o adimplemento da obrigação. Somente após o esgotamento destes prazos, caso não haja a instauração da Tomada de Contas Especial, é que surgirá a responsabilização pelos atos praticados ou omissões de seus deveres legais;

b) Havendo delegação de competências para a fiscalização da execução do convênio, seja durante sua execução ou para a análise da prestação de contas, mediante celebração de Termo de Cooperação Técnica, deve a MGI tomar as medidas necessárias para assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pelas Secretarias de Estado;

c) Considerando que os recursos repassados pelo Estado de Minas Gerais se deram na forma de aporte de capital e que a MGI apenas atuou como agente financeira e mandatária do Estado nos convênios celebrados, não possuindo qualquer gerência sobre as políticas públicas estaduais, não há qualquer norma garantindo ao Estado de Minas Gerais a restituição dos valores aportados;

d) Não se encontra afastada a possibilidade de responsabilização dos administradores da Companhia pela não adoção das medidas de controle interno e pelo não cumprimento das obrigações e má gestão dos recursos públicos, ficando estes civilmente responsabilizados pelos atos ilegais praticados durante a sua gestão;

e) Não existe na lei qualquer previsão quanto à responsabilização pessoal do administrador quando do cumprimento de ordens superiores, em especial se tratando a MGI de mandatária do Estado nos convênios celebrados.

Contudo, não nos parece razoável que os administradores que tenham agido conforme as determinações do acionista majoritário possam ser responsabilizados pessoalmente por prejuízos decorrentes destes atos.”

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA de 2022 – Ano Base 2021

De acordo com o parecer jurídico contratado, entende-se que não há risco financeiro para a MGI, mas há risco de responsabilização dos administradores, que pode acarretar danos à imagem para a Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia tem envidado esforços em melhorar continuamente seus controles internos e aumentar o a interlocução com as secretarias intervenientes e os convenentes.

(vi) Riscos relacionados às condições econômicas do Brasil e do Estado de Minas Gerais.

O Governo Federal exerce influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e a política brasileira, poderão causar um efeito adverso relevante nas atividades da Companhia.

Medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, frequentemente implicam aumento ou redução das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. Os negócios da Companhia, sua situação econômico-financeira e seus resultados operacionais poderão ser prejudicados de maneira relevante por modificações nessas políticas.

A conjuntura político-econômica brasileira e as incertezas a ela relacionadas podem aumentar ou reduzir os investimentos no país, impactando na atratividade e na liquidez dos valores mobiliários emitidos no mercado brasileiro.

A conjuntura econômico-financeira do Estado de Minas Gerais, especificamente, também pode influenciar de forma significativa nos negócios da Companhia, sobretudo nos recebimentos advindos da carteira de Direitos de Crédito Autônomos e nos contratos de prestação de serviços celebrados com o Estado.

(vii) A Companhia e o cenário de inflação alta.

O cenário de alta inflação que o Brasil vem vivenciando prejudica a companhia à medida que traz maior instabilidade aos seus custos e despesas vinculados à prestação de serviços. Isso contribui para lidar com um cenário de receitas ainda deprimidas pelo qual a companhia passa, bem como seu principal acionista. Com esta alta significativa da inflação, a Companhia pode ter dificuldade de repassar o aumento de custos com fornecedores e pessoal aos seus contratos de prestação de serviços.

(viii) A Companhia pode ser prejudicada pelas altas taxas de juros.

No último exercício da companhia, o Brasil passou por uma alta da taxa de juros nominal. Esse cenário prejudica no resultado da companhia, à medida que impacta diretamente nos custos das debêntures, cuja remuneração é indexada à DI, e que constituem o custo operacional mais significativo da empresa. Para contrabalancear o risco, a Companhia mantém ativos indexados à SELIC (carteira de direitos de crédito autônomos) e à taxa DI (aplicações financeiras). Ainda assim, o crescimento da taxa de juros é



CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA de 2022 – Ano Base 2021

desfavorável à MGI, uma vez que o passivo atrelado à taxa de juros é maior do que o ativo atrelado ao mesmo indexador.

(ix) Impactos advindos do mercado de capitais

A companhia possui investimentos em empresas listadas na bolsa de valores: Cemig, Copasa e Gerdau. Quando a cotação das ações dessas empresas diminui, a MGI necessita reconhecer as provisões de perdas em participações societárias, impactando seu resultado contábil. Também ocorre a perda de valor justo dos direitos creditórios sobre ações de emissão da Cemig emprestadas pela MGI ao Credit Suisse.

Ainda mais significativo é o risco advindo do contrato de opções flexíveis sobre ações preferenciais da Cemig, celebrado entre a Companhia e o Credit Suisse, já mencionado. A cotação das ações CMIG4, assim como os dividendos por ação distribuídos pela Cemig, impacta no valor a ser desembolsado pela MGI no vencimento de cada tranche de opções. Esse risco gera impacto não apenas contábil, mas financeiro.

A Companhia vem desenvolvendo estudos para definir a resposta a esses riscos de mercado.

(x) A instabilidade cambial pode prejudicar a economia brasileira e os resultados operacionais da Companhia.

Apesar de não possuir operações em mercado internacional, a instabilidade cambial pode afetar indiretamente a MGI ao impactar nos resultados das Companhias nas quais possui investimentos. Ademais, as depreciações do Real em relação ao Dólar podem criar pressões inflacionárias no Brasil impactando na trajetória da taxa de juros, podendo afetar a economia brasileira como um todo e os resultados operacionais da Companhia em particular.

(xi) Outras contingências relevantes

A Companhia é classificada como grande contribuinte pela Receita Federal, com isso, faz parte de empresas que são acompanhadas por monitoramento diferenciado. Em dezembro de 2020, a Auditoria da RFB nos solicitou, através de Termo de Constatação e Solicitação de Providências, a elaboração de retificação das Demonstrações de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) e das Escriturações Digitais das Contribuições Sociais (EFD Contribuições) do período de janeiro de 2017 a novembro de 2020, com o entendimento de que a Companhia apurou o PIS e COFINS sobre a Receita de Atualização de Direitos de Créditos Autônomos, utilizando alíquotas de Receita Financeira (4,65%), porém conforme entendimento do Auditor da RFB, deveria utilizar as alíquotas de contribuições sobre Receita Operacional (9,25%). Solicitou também que aplicasse para os períodos futuros a alíquota de Receita Operacional para a citada Receita. Tal procedimento acarretaria em confissão de dívida tributária estimada em R\$18.691 e aumento da carga tributária. Discutido o assunto internamente, a Companhia concluiu por discordar dos argumentos apresentados pelo Auditor Fiscal decidindo, por meio de sua

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA de 2022 – Ano Base 2021

Assessoria Jurídica, apresentar Manifestação de Inconformidade contestando os argumentos do Auditor Tributário Federal e agora aguarda o seu deferimento. A assessoria jurídica da Companhia entende que o risco de perda é considerado remoto.

4- Gerenciamento de Riscos

A Companhia possui um Programa de Integridade pautado nos seguintes pilares:



Aliada ao Programa de Integridade, a Política de Gestão, Integridade, Riscos e Controles Internos é um importante instrumento que fornece diretrizes gerais para a integridade, gestão de riscos e controles internos da Companhia e se fundamenta pelos seguintes instrumentos legais e instruções normativas: (i) Lei 13.303/16 - Lei das Estatais e suas alterações posteriores; (ii) Decreto 47.154/17 e suas alterações posteriores; (iii) Instituto Brasileiro de Governança Corporativa; (iv) Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission; (v) Declaração de Posicionamento do Instituto dos Auditores Internos do Brasil – IIA; (vi) Estatuto Social da Companhia.

As diretrizes adotadas para a gestão de integridade são: (i) Comprometimento da alta direção com o Programa de Conformidade da Companhia; (ii) Busca da promoção da cultura ética e da integridade institucional, do respeito aos preceitos legais e aos normativos internos e externos; (iii) Transparência ativa, por meio do fornecimento tempestivo de informações ao mercado, órgãos reguladores e demais partes interessadas; (iv) Implementação de mecanismos visando ao recebimento de informações sobre desvios de conduta, corrupção e fraudes dos administradores, empregados e prestadores de serviço;

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA de 2022 – Ano Base 2021

(v) Conscientização dos administradores e empregados sobre os padrões de comportamento esperados no relacionamento com cidadãos, setor público e privado e grupos de interesses na execução das atividades da Companhia, (vi) Promoção da integridade e conformidade com base nos eixos:



As diretrizes adotadas para a gestão de riscos são: (i) Definição do perfil de riscos da Companhia; (ii) Gestão de riscos alinhada com os objetivos estratégicos da Companhia; (iii) Sistematização da Gestão de Riscos com base nas melhores práticas de governança corporativa, possibilitando a manutenção dos riscos dentro de padrões aceitáveis, conforme perfil de riscos da Companhia; (iv) Definição de parâmetros para a identificação, classificação, avaliação, mensuração e tratamento dos riscos; (v) Fortalecimento do sistema de tomada de decisão embasado em estudos técnicos, operacionais, jurídicos e econômico-financeiros, com fim de prover aos gestores da Companhia informações íntegras sobre os riscos envolvidos nas transações; (vi) Adoção de procedimentos de controles internos proporcionais aos riscos e baseados na análise de custo-benefício; (vii) Monitoramento contínuo dos riscos.

A periodicidade de reavaliação de riscos e da revisão de políticas e procedimentos é variável de acordo com a avaliação do respectivo risco na matriz de riscos da Companhia.

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA de 2022 – Ano Base 2021

A Companhia adota o modelo das 3 linhas de defesa, conforme especificado abaixo:



Até dezembro de 2020, a 2ª linha de defesa era exercida pelo Núcleo de Gestão Estratégica e de Riscos, que foi substituído, em janeiro/2021, pelo Núcleo de Integridade e Gestão de Riscos, passando a exercer, exclusivamente, as atividades inerentes à matéria, com o objetivo assegurar maior efetividade ao Programa de Integridade.

5– Dados econômico-financeiros

(A) Informações financeiras selecionadas

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
a) Patrimônio Líquido (em R\$mil)	665.137	531.356	443.432
b) Ativo Total (em R\$mil)	2.790.927	2.588.231	2.400.675
c) Receita Líquida (em R\$mil)	168.734	117.278	164.315
d) Resultado Bruto (em R\$mil)	(52.597)	(44.225)	(38.456)
e) Resultado Líquido (em R\$mil)	83.460	36.555	(8.494)
f) Número de Ações, ex-tesouraria	574.403.028	574.403.028	574.403.028
g) Valor Patrimonial da Ação (em reais)	1,1579	0,92506	0,77199
h) Resultado Básico por Ação (em reais)	0,15	0,06	0,01
i) Resultado Diluído por Ação(em reais)	0,15	0,06	0,01
j) Outras informações contábeis selecionadas: Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.			

(B) Medições não contábeis

(i) Valor das medições não contábeis

(a) LAJIDA e LAJIDA ajustado

O LAJIDA (Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) e o LAJIDA ajustado são medições não contábeis utilizadas para analisar a geração operacional de caixa de uma empresa. Esta medição é elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras, observando as disposições da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012. A MGI apurou, em 31 de dezembro de 2021, LAJIDA positivo de R\$80.010 mil e LAJIDA ajustado, também positivo, de R\$24.521 mil. No exercício anterior, esses indicadores foram positivos, nos valores de R\$34.194 mil e R\$11.327 mil, respectivamente.

(b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas:

<i>(Valores expressos em R\$ mil)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Lucro Líquido do Exercício	83.460	36.555	(8.494)
(+) Despesas financeiras líquidas	(8.045)	(4.340)	(7.690)
(+) Imposto de Renda e Contribuição social	4.580	1.894	-
(+) Depreciação e Amortização	15	85	103
LAJIDA	80.010	34.194	(16.081)
(+) Resultado Negativo (Positivo) de Ajustes a Valor Justo	8.103	(47.983)	2.578
(+) Impairment dos Direitos de Crédito Autônomos	(144.181)	(39.913)	(33.303)
(+) Provisão para Perdas em Participações Societárias	(4.855)	(489)	131
(+) Reclassificação de Outros Resultados Abrangentes para Resultado	-	-	-
(+) Impairment dos Imóveis Disponíveis para Venda	-	-	-
(+) Resultado Negativo (Positivo) de Ajuste no Reconhecimento Inicial	85.444	65.518	35.744
LAJIDA AJUSTADO	24.521	11.327	(10.931)

c) Política de destinação dos resultados

Nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), a Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) é o órgão competente para deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social e a distribuição de dividendos. Conforme exigido pela Lei das Sociedades por Ações, nossas AGO’s ocorrem anualmente dentro dos primeiros quatro meses do ano.

Cumpra observar que a administração, em conformidade com a Política de Distribuição de Dividendos e com o Capítulo X do Estatuto Social, apresenta anualmente proposta sobre a destinação do lucro líquido remanescente após as seguintes deduções e provisões legais: (i) 5% para constituição de reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do nosso capital social e a soma desta e de outras reservas de capital não excederá 30% do mesmo capital; (ii) uma parcela poderá ser destinada à constituição de Reserva de Contingências e Reserva para Incentivos Fiscais, nos termos dos artigos 195 e 195-A da Lei das Sociedades por Ações e (iii) 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, conforme previsto no artigo 56 de nosso Estatuto, a título de dividendo obrigatório, compensável com os juros sobre o capital próprio, eventualmente pagos.

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA de 2022 – Ano Base 2021

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
	(Em milhares de Reais)		
a) regras sobre retenção de lucros	Do lucro líquido do exercício deduzir-se-ão 5% para constituição de reserva legal, que não excederá 20% do capital social e a soma desta e de outras reservas de capital não excederá 30% do mesmo capital. Não possuímos previsão estatutária de reserva de lucros, além da reserva legal. No entanto, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em AGO poderão deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado.		
a.1) Valores das Retenções de Lucros	Apesar de ter obtido lucro no exercício de 2021, a Companhia não constituiu reserva legal e retenção de lucros no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, devido a prejuízos acumulados no Patrimônio Líquido.	Apesar de ter obtido lucro no exercício de 2020, a Companhia não constituiu reserva legal e retenção de lucros no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, devido a prejuízos acumulados no Patrimônio Líquido.	A Companhia não constituiu reserva legal e retenção de lucros no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, em razão de ter apresentado prejuízo líquido.
b) regras sobre distribuição de dividendos	O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei.		
b.1) Valores dos Dividendos Distribuídos	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia auferiu lucro, mas não houve distribuição de Dividendos e Juros sobre o capital próprios em razão da dedução dos prejuízos acumulados.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia auferiu lucro, mas não ocorreu distribuição de Dividendos e Juros sobre o capital próprios em razão da dedução dos prejuízos acumulados.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não efetuou pagamento de Dividendos e Juros sobre o capital próprio, em razão de ter apresentado resultado negativo
c) periodicidade sobre as distribuições de dividendos	A distribuição de dividendos aos nossos acionistas ocorre anualmente, conforme deliberação em AGO, salvo decisão da Assembleia Geral em contrário. Conforme artigo 60 do Estatuto Social, podem ser declarados dividendos intermediários baseados em balanços semestrais ou trimestrais, os quais, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, não poderão exceder o montante das nossas reservas de capital. Os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio podem ser imputados ao valor do dividendo obrigatório relativo ao lucro líquido do exercício em que os dividendos intermediários foram pagos.		
d) restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	A Lei das Sociedades por Ações prevê que 5% do lucro líquido seja, anualmente, destinado à formação de reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado ou o limite previsto no § 1º do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. Não estamos sujeitos a restrições à distribuição de dividendos impostas por lei, contratos, decisão judicial, administrativa ou arbitral.		

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA de 2022 – Ano Base 2021

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
	(Em milhares de Reais)		
e) política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação, e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial onde o documento pode ser consultado	A Política de Distribuição de Dividendos da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião do dia 29/06/2018, e está divulgada em seu sítio eletrônico.		

(C) Distribuições de dividendos e retenções de lucro

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Lucro Líquido (em R\$ mil)	83.460	36.555	(8.494)
Lucro líquido ajustado para fins de dividendos (em R\$ mil)	83.460	36.555	(8.494)
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	-	-	-
Dividendo distribuído (em R\$ mil)	-	-	-
Data de pagamento do dividendo	-	-	-
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido (%)	12,55	6,88	(1,92)
Lucro líquido retido (em R\$ mil)	-	-	-
Data da aprovação da retenção	-	-	-

	2021		2020		2019	
	Montante	Data Pgto	Montante	Data Pgto	Montante	Data Pgto
JSCP	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA de 2022 – Ano Base 2021

(i) Dividendos declarados a conta de lucros retidos ou reservas constituídas nos 3 últimos exercícios sociais:

Nos exercícios sociais de 2019, 2020 e 2021, a MGI não declarou dividendos com base em lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios anteriores.

(ii) Outras informações relevantes

A Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril de 2022 deliberou a não distribuição de juros sobre o capital próprio - JCP e dividendos relativos ao exercício de 2021, com o intuito de reduzir os prejuízos acumulados, conforme preconizam o artigo 189, da Lei 6.404/76, e o artigo 56 do Estatuto Social.

(D) Níveis de endividamento, características das dívidas, capacidade de pagamento e fontes de financiamento

(i) Composição do endividamento

POSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	2021	2020	2019
Valor do endividamento (em R\$ mil) (Passivo Total)	2.125.790	2.056.875	1.957.243
Valor do Patrimônio Líquido (em R\$ mil)	665.137	531.356	443.432
Participação de Capital de Terceiros (Passivo Total / Patrimônio Líquido)	320%	387%	441%
Composição do Endividamento Passivo Circulante / Passivo Total)	57%	7%	7%
Natureza do endividamento:			
Passivo operacional (fornecedores a pagar; salários e encargos sociais a pagar; tributos a recolher; obrigações por repasse; passivo fiscal diferido)	2%	2%	3%
Opções flexíveis de compra sobre ações (hedge da 5ª emissão de debêntures)	22%	23%	21%
Debêntures subordinadas (2ª emissão), integralmente subscritas pelo acionista controlador Estado de Minas Gerais	50%	46%	43%
Debêntures com garantia real (5ª emissão)	26%	29%	33%

(a) 2% do endividamento corresponde ao passivo operacional composto por: fornecedores a pagar; salários e encargos sociais a pagar; tributos a recolher; obrigações por repasse (valores arrecadados com a venda de imóveis de terceiros, a repassar após regularização documental, conforme contrato de prestação de serviços; saldo de convênios a repassar); passivo fiscal diferido;



CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA de 2022 – Ano Base 2021

- (b) 22% corresponde ao contrato de opções flexíveis de compra, celebrado com o Banco Credit Suisse;
- (c) 50% corresponde às debêntures subordinadas (2ª emissão), integralmente subscritas pelo acionista controlador Estado de Minas Gerais, com vencimento final em 2022. Importante destacar que, conforme previsto na Escritura de Emissão, a Emissora terá a opção de utilizar parte ou a totalidade do saldo dos Direitos de Crédito Autônomos para quitação das debêntures subordinadas, mediante dação em pagamento.
- (d) 26% corresponde a debêntures da espécie com garantia real (5ª emissão), com vencimento em 2032. A 5ª emissão é garantida, principalmente, por ações preferenciais emitidas pela Cemig, de propriedade da MGI, e recursos mantidos em conta vinculada.
- (e) Quanto ao prazo de exigibilidade, do endividamento total em 2021, 58% corresponde a obrigações exigíveis a curto prazo, devido ao vencimento das debêntures subordinadas que irá ocorrer em julho de 2022, a qual será liquidada com a dação em pagamento dos Direitos Creditórios Autônomos, conforme disposto na escritura de debêntures de 2ª emissão.

Durante os três últimos anos houve um aumento no endividamento, que totalizou o valor de R\$ 2.125.790 mil em 2021, R\$ 2.056.875 mil em 2020 e R\$ 1.957.243 mil em 2019. Entre 2020 e 2021, houve um aumento de 3,35%, devido principalmente ao aumento de juros sobre debêntures ocasionado pelas elevações da taxa de juros básica, a qual é utilizada como referência para atualização dos valores de debêntures emitidas pela companhia. Outro fator relevante para o crescimento do endividamento foi o crescimento do passivo referente às debêntures, uma vez que não ocorreu amortização da 2ª Emissão em 2019, já que o vencimento é em 2022 e o contrato não prevê amortizações intermediárias de juros ou principal. No ano anterior ocorreu uma pequena elevação de 5,09%, este principalmente ocasionado pelo aumento das opções flexíveis de compra.

Apesar do crescimento do endividamento, em valores absolutos, os indicadores demonstram redução da participação de capital de terceiros na estrutura de capital. No exercício de 2021, o capital de terceiros representou 320% do Patrimônio Líquido. Em 2020 representou 387% e, em 2019, 441% do Patrimônio Líquido. A redução neste valor em 2021 se deu pelo aumento do Patrimônio Líquido em 25,18%, superior ao crescimento de 3,35% observado no Passivo total. Os principais motivos foram as integralizações de capital social e a obtenção de resultado positivo. Em 2020, o Patrimônio Líquido aumentou 19,83% em relação ao ano anterior, superior ao crescimento de 5,09% observado no Passivo total no mesmo período.

(i) Característica das dívidas

A Companhia não possui contratos de empréstimos e financiamentos, nem outras relações de longo prazo com instituições financeiras, além das emissões de debêntures. Entre as dívidas quirografárias

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA de 2022 – Ano Base 2021

não existe grau de subordinação contratual e os contratos com garantia real possuem as preferências e prerrogativas previstas em lei.

As cláusulas restritivas impostas à empresa são os covenants das debêntures de 5ª emissão, que consistem no Índice de Cobertura (IC): dado pelo quociente entre: (i) quantidade de ações alienadas multiplicada pela cotação média; (ii) saldo devedor líquido subtraído o valor do Hedge. O saldo devedor líquido corresponde ao saldo devedor deduzido o saldo da conta vinculada às debêntures; o Hedge é dado pelo produto da quantidade de opções de venda e do preço de exercício dessas opções. Caso o IC, que é apurado em todos os dias úteis, torne-se inferior a 155% (cento e cinquenta e cinco por cento), a emissora deverá proceder reforço de garantia para restabelecer o IC no patamar mínimo de 185%. Em contrapartida, caso, em qualquer data de verificação, o IC seja superior a 215% e não tenha havido ou esteja em curso evento de vencimento antecipado ou evento de avaliação, a emissora pode requerer ao agente de garantia a liberação do excesso de recursos até o IC retornar ao patamar de 185%. A Companhia pode, ainda, proceder complemento voluntário de garantia de forma que o IC atinja, no mínimo, 160%, em até dois dias após o rompimento.

As dívidas mais relevantes para a Companhia são as debêntures.

Obrigações da Companhia de acordo com natureza e prazo de vencimento

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2021					
Tipo de dívida	Inferior a 1 ano	Superior a 1 ano e inferior a 3 anos	Superior a 3 anos e inferior a 5 anos	Superior a 5 anos	Total
Garantia Real	72.239.019,76	95.493.047,20	95.493.047,20	286.596.090,30	549.821.204,46
Flutuante	-	-	-	-	-
Quirografia	1.070.490.961,60	-	-	-	1.070.490.961,60
Total	1.142.729.981,36	95.493.047,20	95.493.047,20	286.596.090,30	1.620.312.166,06
Observações: A totalidade das dívidas corresponde às debêntures da 2ª e 5ª emissões da Companhia. As debêntures estão apresentadas pelo valor justo, conforme divulgado nas Demonstrações Financeiras, diferindo, portanto, do valor nominal apresentado no quadro 18.5. A Companhia não possui outros empréstimos, financiamentos ou títulos de dívidas.					

(ii) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o atual perfil de endividamento e a posição de liquidez da Companhia, bem como as atividades desenvolvidas, a Diretoria acredita que a Empresa possui liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir suas despesas, dívidas e outros valores já contratados, embora não haja garantias de que tal situação permanecerá igual nos próximos exercícios sociais.

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA de 2022 – Ano Base 2021

Os indicadores de liquidez demonstram que a empresa possui ativos financeiros para quitar suas obrigações de curto prazo, conforme se verifica no índice de liquidez seca, que corresponde à relação entre o ativo circulante (subtraídos os imóveis mantidos para venda) e o passivo circulante (1,16 em dezembro de 2021, 2,01 em 31 de dezembro de 2020 e 1,90 em 31 de dezembro de 2019). A redução desse índice em 2021 é devida principalmente a transferência dos valores de debêntures subordinadas totalmente para o curto prazo motivado pelo vencimento que ocorrerá em julho de 2022. O acréscimo ocorrido em 2020 foi relacionado à alta nas ações da Cemig emprestadas ao Credit Suisse, classificadas parcialmente em Contas a receber de curto prazo.

A liquidez geral, que mede a capacidade da Companhia para quitar suas obrigações tanto no curto quanto no longo prazo, também apresenta índices satisfatórios, conforme demonstrado abaixo.

	2021	2020	2019
	(Em milhares de reais)		
Ativo circulante	1.417.567	288.691	265.038
Ativo não circulante	1.373.360	2.299.540	2.135.637
Disponibilidades	71.979	17.925	11.409
Imóveis para venda	2.168	2.347	2.627
Passivo circulante	1.222.230	142.163	138.079
Passivo não circulante	903.560	1.914.712	1.819.164

Análise de Liquidez	2021	2020	2019
Liquidez geral (ativo circulante + ativo realizável a longo prazo / passivo circulante + passivo não circulante)	1,21	1,19	1,20
Liquidez corrente (ativo circulante / passivo circulante)	1,17	2,03	1,92
Liquidez seca (ativo circulante – imóveis para venda / passivo circulante)	1,16	2,01	1,90
Liquidez imediata (disponibilidades / passivo circulante)	0,06	0,13	0,08

(iii) Fontes de financiamento

(a) A Companhia não recorre a fontes de financiamento de capital de giro, bem como não utilizou nos últimos 3 exercícios e não tem planos de recorrer a financiamentos para capital de giro e tampouco para investimento em ativos não-circulantes para cobertura de deficiências de liquidez. A única fonte de financiamento de terceiros utilizada pela Companhia é a emissão de debêntures, não existindo, portanto, limites de utilização de financiamentos contratados

(b) A Companhia realizou captações de recursos no mercado de capitais tendo como objetivo colaborar com o sistema estadual de finanças, viabilizando recursos para o Tesouro Estadual, em linha com seu objeto social. Nesse contexto, a Companhia possui, em 31 de dezembro de 2021,



CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA de 2022 – Ano Base 2021

endividamento decorrente da segunda e da quinta emissões de debêntures, conforme detalhado abaixo:

(b.1) 2012 – 2ª Emissão de debêntures (subordinadas)

Em 24 de julho de 2012, a Companhia realizou a emissão de 181.900 debêntures da espécie subordinada, pelo valor unitário de R\$10 mil, integralmente subscritas pelo Estado de Minas Gerais, no valor total de R\$1,819 bilhão, com vencimento final em julho de 2022.

Os recursos captados foram destinados a adquirir, do Estado de Minas Gerais, mediante contrato de cessão onerosa, a carteira de Direitos de Crédito Autônomos, que consiste no direito autônomo ao recebimento de certos créditos tributários vencidos, reconhecidos pelos respectivos contribuintes, objeto de parcelamentos administrativos referentes ao ICMS, que se encontram ou não inscritos em dívida ativa.

(b.2) 2015 – 5ª Emissão de debêntures (garantia real)

Em 26 de novembro de 2015, foram subscritas e integralizadas 650 debêntures, no montante de R\$650 milhões, por meio da dação em pagamento das 650 debêntures da 4ª emissão, de igual valor nominal. Desta forma, a Companhia liquidou suas obrigações com a 4ª emissão, emitidas em 2014 com o objetivo de captar recursos para amortização das debêntures de 2ª emissão.

O vencimento final da 5ª emissão é em julho de 2032, com pagamento semestral de juros a partir de janeiro de 2016 e amortização semestral a partir de julho de 2019.

(E) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

(i) Hipóteses de resgates - as ações emitidas pela Companhia são todas ordinárias e, exceto pelas hipóteses de resgate previstas na legislação aplicável, não há qualquer outra hipótese de resgate de suas ações.

(ii) Fórmulas de cálculo do valor de resgate - os resgates serão efetuados com base no valor nominal da ação, ou seja, Capital social dividido pela quantidade de ações.

(F) Análise Comparativa das Demonstrações Financeiras Consolidadas

(i) Apresentamos a seguir as Demonstrações Financeiras Consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, acompanhadas das análises horizontal e vertical. Em seguida, explanamos sobre as variações significativas nas rubricas mais relevantes.

ATIVO	31/12/2021	AV (%)	31/12/2020	AV (%)	AH(%)	31/12/2019	AV (%)	AH(%)
(em milhares de reais)					(2021-2020)			(2020-2019)
Caixa e equivalentes de caixa	71.979	2,58	17.925	0,69	301,56	11.409	0,48	57,11
Títulos e valores mobiliários	74.189	2,66	70.167	2,71	5,73	82.723	3,45	(15,18)
Contas a receber de clientes e outros créditos	1.260.471	45,16	190.016	7,34	563,35	151.905	6,33	25,09
Opções flexíveis de venda	-	-	30	0,00	-	-	0,00	-
Dividendos e JCP a receber	852	0,03	10	0,00	8.420,00	235	0,01	(95,74)
Tributos a recuperar	7.838	0,28	8.133	0,31	(3,63)	14.459	0,60	(43,75)
Imóveis para venda	2.168	0,08	2.347	0,09	(7,63)	2.627	0,11	(10,66)
Outras contas	70	-	63	0,00	11,11	1.680	0,07	(96,25)
Total do ativo circulante	1.417.567	50,79	288.691	11,15	391,03	265.038	11,04	8,92
Títulos e valores mobiliários	107.084	3,84	115.152	4,45	(7,01)	137.635	5,73	
Contas a receber de clientes e outros créditos	1.020.803	36,58	1.999.193	77,24	(48,94)	1.898.007	79,06	5,33
Opções flexíveis de venda	9.729	0,35	25.827	1,00	(62,33)	31.469	1,31	(17,93)
Tributos a recuperar	18.218	0,65	26.347	1,02	(30,85)	21.170	0,88	24,45
Depósitos judiciais	2.532	0,09	2.664	0,10	(4,95)	3.179	0,13	(16,20)
Outros investimentos	214.953	7,70	130.307	5,03	64,96	44.068	1,84	195,70
Imobilizado	41	0,00	48	0,00	(14,58)	37	0,00	29,73
Intangível	-	0,00	2	0,00	-	72	0,00	(97,22)
Total do ativo não circulante	1.373.360	49,21	2.299.540	88,85	(40,28)	2.135.637	88,96	7,67
Total do ativo	2.790.927	100,00	2.588.231	100,00	7,83	2.400.675	100,00	7,81

(a) Caixa e equivalentes de caixa (Ativo Circulante)

A Companhia, em conformidade com o CPC 03 R2 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - item 3, classifica como Caixa e Equivalentes de Caixa os recursos mantidos em caixa, contas correntes e aplicações financeiras de liquidez diária. Por outro lado, as aplicações financeiras e as contas correntes vinculadas às debêntures emitidas e aos convênios celebrados, por não atenderem ao critério de conversibilidade imediata em caixa, são classificadas como Títulos e Valores Mobiliários.

No âmbito da 5ª emissão de debêntures, a Companhia deve atender ao Índice de Cobertura (IC), sendo que, sempre que esse covenant se apresenta abaixo do exigido, a MGI deve efetuar um complemento de garantia, mediante transferência de recursos para aplicação financeira da Companhia vinculada às debêntures. O referido covenant é impactado por variáveis exógenas, tais como a taxa de juros e as oscilações das ações CMIG4, que compõem parte da garantia. Os complementos de garantia implicam na transferência de valores de Caixa e Equivalentes de Caixa para Títulos e Valores Mobiliários.

No exercício de 2021, comparado ao de 2020, esse recurso apresentou um grande aumento, 301,56%, sendo um dos fatores preponderantes para esse crescimento o recebimento de valores devidos pelo Estado de Minas Gerais relativos aos direitos creditórios cedidos à Companhia, referentes a pagamentos efetuados pelos contribuintes diretamente na conta do Estado, através de DAE e outros, e repassados à MGI. A arrecadação obteve um enorme crescimento após a Secretária de Fazenda do Estado de Minas Gerais implantar um programa de refinanciamento de dívidas tributárias, o REFIS ICMS 2021.

Já no exercício de 2020, em relação a 2019, essa rubrica apresentou um aumento de 57,11%, devido principalmente à integralização de capital e recebimentos de dividendos e juros sobre capital próprio das participações acionárias.

(b) Títulos e Valores Mobiliários (Ativo Circulante)

Esta rubrica é composta, preponderantemente, por aplicações financeiras vinculadas às debêntures emitidas.

Em 2021, a rubrica apresentou uma pequena redução de 2,18%. Esse percentual demonstra um equilíbrio entre geração e consumo. Na geração, como agente principal temos a receita financeira advinda das aplicações e a receita de participação acionária das ações emprestadas da Cemig. Na ponta consumidora, temos como principal fator o pagamento de parcelas das debêntures de 5ª emissão.

Em 2020, observou-se uma queda nessa rubrica da ordem de 15,90% em relação a 2019. Um dos fatores para a redução foi a utilização do saldo da conta vinculada para pagamento de parcelas das debêntures de 5ª emissão.”



CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA de 2022 – Ano Base 2021

(c) Contas a Receber de Clientes e Outros Créditos (Ativo Circulante)

Esta rubrica é composta por valores a receber de clientes e, em maior proporção, à carteira de direitos de crédito autônomos.

Em 2021, houve um acréscimo de 563,35% em comparação com 2020, sendo o principal fator a transferência do ativo não circulante para o ativo circulante da totalidade dos direitos creditórios autônomos devido sua utilização para dação em pagamento das debêntures de 2ª emissão, cujo vencimento ocorrerá em julho de 2022.

No exercício de 2020, houve um aumento de 25,09% dessa rubrica com relação ao ano de 2019, devido principalmente ao aumento no valor de mercado das ações da CEMIG, cuja rubrica comporta parcialmente ações emprestadas da citada Companhia e os valores a receber de juros sobre capital próprio e dividendos também da CEMIG.

(d) Contas a Receber de Clientes e Outros Créditos (Ativo não Circulante)

Esta conta é composta, principalmente, pelos Direitos Creditórios do Empréstimo de Ações ao Banco Credit Suisse.

Em 2021, houve uma grande redução na ordem de 48,94% em relação a 2020. O principal fator para redução foi a transferência de recursos do não circulante para o circulante, supramencionado em tópico similar, porém do ativo circulante. A queda no valor de mercado das ações da Cemig aliada a devolução de ações emprestadas também auxiliou nessa redução. As Bonificações de ações deliberadas pela Cemig apenas suavizaram a redução da rubrica.

(e) Opções Flexíveis de Venda

No âmbito da 5ª emissão de debêntures, a MGI celebrou com o Credit Suisse, em 2015, contrato de opções flexíveis de venda sobre ações CMIG4, gerando um recebível de R\$ 38.770 mil.

No exercício de 2021, o valor justo dessas opções reduziu 62,33% em relação a 2020, passando de R\$ 25.857 mil para R\$ 9.729 mil. As opções de venda correspondem a um ativo para a Companhia, dado que, em cada data de vencimento, caso o preço de liquidação seja inferior ao preço de exercício, a Companhia receberá a diferença positiva entre o preço de exercício e o preço de liquidação, multiplicada pela quantidade de opções correspondente. O principal fator para estimativa do valor justo das opções é o valor de mercado das ações, porém fatores como a distribuição de dividendos e bonificações também influenciam na apuração desse tipo de Instrumento Financeiro. Apesar da redução no valor de mercado das ações, ocorreram grandes distribuições de dividendos e bonificações que causaram reduções no preço de exercício das opções, e com isso ocasionando a redução da estimativa de recebimento desse ativo financeiro.

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA de 2022 – Ano Base 2021

Em 2020, o valor justo das opções foi de R\$ 25.827 mil, uma redução de 17,93% em relação a 2019. Isso acontece devido à elevação do preço da Ação CMIG4 que lastreia a opção de venda, uma vez que ela é inversamente correlacionada ao preço da ação. Outra variável que reduz o valor justo das opções flexíveis de venda em função da redução na quantidade de opções é o vencimento das tranches cuja ocorrência em 2020 se deu em janeiro e julho.

(f) Outros Investimentos (Ativo não Circulante)

Compõem esta rubrica os investimentos da Companhia em participações societárias.

Em 2021, estes recursos apresentaram um aumento de 64,96% em relação a 2020. Fato este, foi motivado principalmente pelo aumento na participação acionária da Cemig relacionadas as devoluções de empréstimos de ações ocorridas após vencimento da 4ª e 5ª tranches das opções flexíveis de ações e as bonificações de ações deliberadas pela Cemig.

No exercício de 2020, houve um aumento de 195,70% em relação ao exercício de 2019. O principal fator que justifica tamanho aumento são as devoluções efetuadas pelo Credit Suisse das ações Cemig emprestadas. Com o vencimento da 2ª e 3ª tranches, ajustadas por empréstimos adicionais devido a deliberações de dividendos, juros sobre capital próprio e bonificações, retornaram de empréstimo o total de 6.014.748 ações CMIG4.

PASSIVO (em milhares de reais)	31/12/2021	AV (%)	31/12/2020	AV (%)	AH(%) (2021-2020)	31/12/2019	AV (%)	AH(%) (2020-2019)
Fornecedores e outras contas a pagar	182	0,01	186	0,01	(2,15)	253	0,01	(26,48)
Salários e encargos sociais	1.222	0,04	1.082	0,04	12,94	991	0,04	9,18
Tributos a recolher	7.152	0,26	3.309	0,13	116,14	2.613	0,11	26,64
Opções flexíveis de compra	61.085	2,19	45.870	1,77	33,17	26.500	1,10	73,09
Debêntures	1.142.730	40,94	62.387	2,41	1.731,68	74.151	3,09	(15,86)
Obrigações por repasse	9.859	0,35	29.329	1,13	(66,38)	33.571	1,40	(12,64)
Total do passivo circulante	1.222.230	43,79	142.163	5,49	759,74	138.079	5,75	2,96
Opções flexíveis de compra	410.136	14,70	437.166	16,89	(6,18)	391.263	16,30	11,73
Debêntures	477.582	17,11	1.467.408	56,70	(67,45)	1.414.286	58,91	3,76
Obrigações por repasse	2.160	0,08	2.427	0,09	(11,00)	11.200	0,47	(78,33)
Passivo fiscal diferido	13.682	0,49	7.711	0,30	77,43	2.415	0,10	219,30
Total do passivo não circulante	903.560	32,37	1.914.712	73,98	(52,81)	1.819.164	75,78	5,25
Total do passivo	2.125.790	76,17	2.056.875	79,47	3,35	1.957.243	81,53	5,09
Capital social	1.225.368	43,91	1.186.637	45,85	3,26	1.145.550	47,72	3,59
Ações em tesouraria	(5)	(0,00)	(5)	(0,00)	0,00	(5)	(0,00)	0,00

Prejuízos acumulados	(588.373)	(21,08)	(671.833)	(25,96)	(12,42)	(708.388)	(29,51)	(5,16)
Ajuste de avaliação patrimonial	28.147	1,01	16.557	0,64	70,00	6.275	0,26	163,86
Total do patrimônio líquido	665.137	23,83	531.356	20,53	25,18	443.432	18,47	19,83
Total do passivo e patrimônio líquido	2.790.927	100,00	2.588.231	100,00	7,83	2.400.675	100,00	7,81

(g) Debêntures (Passivo Circulante e Passivo não Circulante)

No exercício de 2021, o saldo da rubrica no passivo circulante cresceu 1.731,68% (motivado pela transferência de não circulante para circulante das debêntures de 2ª emissão, cujo vencimento ocorrerá em julho de 2022), com relação a 2020, enquanto no passivo não circulante, houve uma redução de 67,45%, culminando em um aumento de 5,92% no saldo total. O crescimento se deve primordialmente à remuneração agregada ao saldo devedor das debêntures subordinadas, e por não haver amortizações intermediárias de juros e principal.

No exercício de 2020, em comparação a 2019, o saldo da rubrica no passivo circulante decresceu 15,86% devido aos pagamentos semestrais das parcelas das debêntures de 5ª emissão, enquanto no passivo não circulante cresceu 3,76%, o que representou um aumento de 2,78% no saldo total das debêntures. O crescimento se deve ao saldo devedor das debêntures subordinadas, pelo fato de não ter ocorrido nenhum pagamento de juros e/ou amortização em 2020, uma vez que o vencimento ocorre em 2022, sem amortizações intermediárias.

(h) Opções Flexíveis de Compra (Passivo não Circulante)

No âmbito da 5ª emissão de debêntures, a MGI celebrou com o Credit Suisse, em 2015, contrato de opções flexíveis de compra sobre ações CMIG4, gerando um passivo de R\$105.761 mil, cujo valor justo altera ao longo do tempo conforme as cotações da ação CMIG4 e os ajustes ocorridos nos parâmetros das opções. As opções de compra correspondem a um passivo para a Companhia, dado que, em cada data de vencimento, caso o preço de liquidação seja superior ao preço de exercício, a Companhia pagará a diferença positiva entre o preço de liquidação e o preço de exercício, multiplicada pela quantidade de opções correspondente.

Em 2021, ocorreram os vencimentos da 4ª e 5ª tranches das opções flexíveis de compra e de venda e, consequentemente, as quantidades de opções reduziram, ocasionando a diminuição de 6,18% do seu valor total, que passou de R\$ 437.166 mil, em 2020, para R\$ 410.136 mil em 2021. Outro fator determinante para a redução foi a queda no valor de mercado das ações da Cemig.

Em 2020, o valor justo dessas opções teve um aumento de 11,73%, passando de R\$391.263 mil em 2019 para R\$ 437.166 mil. Apesar da diminuição na quantidade de opções ocorrida pelo vencimento da 2ª e 3ª tranches, o aumento no preço de mercado da ação da Cemig, que é a principal variável utilizada no cálculo das opções, justifica o aumento dessa rubrica.

(i) Capital Social (Patrimônio Líquido)

No exercício de 2021, o capital social cresceu 3,26% em comparação com 2020, em função do recebimento de aportes de capital do seu acionista controlador no montante de R\$ 39.742 mil integralizando capital. No mesmo exercício, foi integralizado e reclassificado para obrigações por repasse de convênios o valor de R\$1.011 mil.

No exercício de 2020, o capital social teve um aumento de 3,59%, passando de R\$1.145.550 mil em 2019 para R\$ 1.186.637 mil, ocasionado pela integralização de capital pelo acionista controlador.

(j) Prejuízos Acumulados (Patrimônio Líquido)

A conta de prejuízos acumulados apresentou queda de 5,16% no ano de 2020 em comparação a 2019, assim como no exercício de 2021 em relação a 2020, quando apresentou um decréscimo de 12,42%. Os itens relacionados à rubrica serão abordados na análise das Demonstrações de Resultados.

(G) Análise comparativa de nossas Demonstrações de Resultados Consolidadas

(i) Abaixo apresentamos análise comparativa de nossas Demonstrações de Resultados Consolidadas referentes aos exercícios de 2021, 2020 e 2019, destacando as receitas, custos e despesas que mais impactaram nossos resultados.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS <i>(em milhares de reais)</i>	31/12/2021	AV (%)	31/12/2020	AV (%)	AH(%) (2021-2020)	31/12/2019	AV (%)	AH(%) (2020-2019)
Receita	168.734	100,00	117.278	100,00	43,88	164.315	100,00	(28,63)
Custo dos serviços prestados	(221.331)	(131,17)	(161.503)	(137,71)	37,04	(202.771)	(123,40)	(20,35)
Resultado bruto	(52.597)	(31,17)	(44.225)	(37,71)	18,93	(38.456)	(23,40)	15,00
Despesas gerais e administrativas	(9.525)	(5,64)	(10.300)	(8,78)	(7,52)	(8.722)	(5,31)	18,09
Outras receitas (despesas)	1.184	0,70	249	0,21	375,50	556	0,34	(55,22)
Resultado de ajustes a valor justo	(8.103)	(4,80)	47.983	40,91	(116,89)	(2.578)	(1,57)	(1.961,25)
Perda/reversão com parcerias público privadas	-	-	-	-	-	(156)	(0,09)	-
Perda/reversão em participações societárias	4.855	2,88	489	0,42	892,84	(131)	(0,08)	(473,28)
Perda/reversão na recuperação de direitos creditórios	144.181	85,45	39.913	34,03	261,24	33.303	20,27	19,85
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	79.995	47,41	34.109	29,08	134,53	(16.184)	(9,85)	(310,76)
Receitas financeiras	8.052	4,77	4.352	3,71	85,02	8.045	4,90	(45,90)
Despesas financeiras	(7)	-	(12)	(0,01)	(41,67)	(355)	(0,22)	(96,62)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	8.045	4,77	4.340	3,70	85,37	7.690	4,68	(43,56)
Resultado antes dos impostos	88.040	52,18	38.449	32,78	128,98	(8.494)	(5,17)	(552,66)

**CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS
E GOVERNANÇA CORPORATIVA de 2022 – Ano Base 2021**

Imposto de renda	(3.339)	(1,98)	(1.377)	(1,17)	142,48	-	-	-
Contribuição social	(1.241)	(0,74)	(517)	(0,44)	140,04	-	-	-
Resultado do exercício	83.460	49,46	36.555	31,17	128,31	(8.494)	(5,17)	(530,36)

(a) Receita

Apresentamos no quadro abaixo o detalhamento da variação das receitas operacionais nos últimos três exercícios sociais.

Composição da Receita Operacional (em milhares de reais)	31/12/2021	AV(%)	31/12/2020	AV(%)	AH (%) 2021/2020	31/12/2019	AV(%)	AH (%) 2020/2019
Receitas de prestação de serviços	1.216	0,72	1.352	1,15	(10,06)	2.368	1,44	(42,91)
Receitas de recuperação de créditos	4.051	2,40	6.457	5,51	(37,26)	3.420	2,08	88,80
Receitas de variação monetária ativa (direitos de crédito autônomos)	50.682	30,04	46.066	39,28	10,02	66.147	40,26	(30,36)
Receita de participação acionária	116.078	68,79	56.429	48,12	105,71	63.785	38,82	(11,53)
Receitas de venda de imóveis	143	0,08	397	0,34	(63,98)	1.242	0,76	(68,04)
Amortização de ajuste reconhecimento inicial (direitos de crédito autônomos)	2.547	1,51	10.450	8,91	(75,63)	30.329	18,46	(65,54)
Impostos sobre serviços (ISS)	(61)	(0,04)	(68)	(0,06)	(10,29)	(118)	(0,07)	(42,37)
PIS/COFINS	(5.922)	(3,51)	(3.805)	(3,24)	55,64	(2.858)	(1,74)	33,14
Receita Líquida	168.734	100,00	117.278	100,00	43,88	164.315	100,00	(28,63)

A receita líquida aumentou 43,88% no exercício de 2021 em comparação com 2020 e reduziu 28,63% em 2020, comparando-se com 2019.

Pode-se observar que as receitas mais significativas nos 3 exercícios em análise foram a variação monetária ativa da carteira de direitos de crédito autônomos (DCA) e a receita advinda de participação acionária.

A variação monetária ativa da carteira DCA apresentou aumento de 10,02% em 2021 em relação a 2020, devido principalmente aos recorrentes aumentos da taxa Selic no período em análise, a qual é o índice utilizado para atualização desse direito. Já em 2020 houve redução de 30,36% em relação a 2019, em virtude de seguidas reduções da taxa SELIC no período de 2019/2020 e da diminuição do saldo da carteira ocorrida em 2019, em consequência do fluxo de recebimentos.

A receita advinda de participação acionária apresentou aumento de 105,71% em 2021, comparando-se com o ano anterior e redução de 11,53% em 2020 comparando-se a 2019, devido principalmente à distribuição de dividendos pela CEMIG, que foi de: R\$1,18 por ação em 2021; R\$0,61 por ação em 2020 e R\$0,72 por ação em 2019. Essa é uma receita proveniente de fatores exógenos à Companhia.

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA de 2022 – Ano Base 2021

A amortização do ajuste no reconhecimento inicial da carteira DCA teve uma queda de 75,63% em 2021, comparando-se a 2020, e de 65,54% em 2020 em relação ao ano anterior. Os decréscimos anuais observados nessa rubrica se justificam pela própria característica da operação, pois o ajuste (conta redutora do ativo) é amortizado com base no método de juros efetivos e a receita operacional corresponde à diferença entre a amortização acumulada de cada período e a amortização acumulada do período anterior. Dessa forma, à medida que a conta redutora diminui, a receita também decresce.

(b) Custo

Apresentamos no quadro abaixo o detalhamento da variação do custo operacional nos últimos três exercícios sociais.

Composição do Custo Operacional (em milhares de reais)	31/12/2021	AV(%)	31/12/2020	AV(%)	AH (%) 2021/2020	31/12/2019	AV(%)	AH (%) 2020/2019
Pessoal	2.642	1,19	2.945	1,82	(10,29)	3.346	1,65	(11,98)
Obrigações por repasse	1.753	0,79	3.587	2,22	(51,13)	1.574	0,78	127,89
Serviços terceiros	649	0,29	1.057	0,65	(38,60)	803	0,40	31,63
Despesas judiciais	450	0,20	150	0,09	200,00	1.035	0,51	(85,51)
Juros sobre Debêntures	82.647	37,34	61.638	38,17	34,08	111.110	54,80	(44,53)
Encargos Financeiros Contratuais	-	-	-	-	-	70	0,03	-
Encargos Financeiros com Opções	44.532	20,12	15.412	9,54	188,94	17.210	8,49	(10,45)
Amortização de custos de transação	405	0,18	405	0,25	-	405	0,20	-
Amortização de ajuste no reconhecimento inicial - debêntures	87.991	39,76	75.968	47,04	15,83	66.073	32,59	14,98
Custos dos Imóveis Vendidos	179	0,08	280	0,17	(36,07)	1.051	0,52	(73,36)
Demais custos	83	0,04	61	0,04	36,07	94	0,05	(35,11)
Custo Operacional	221.331	100,00	161.503	100,00	37,04	202.771	100,00	(20,35)

O custo operacional em 2021 totalizou R\$221.331 mil, superior em 37,04% ao ano anterior, quando atingiu R\$161.503 mil. No exercício de 2020, houve redução de 20,35% em relação a 2019.

O custo mais expressivo, em 2021, é composto pela amortização do ajuste no reconhecimento inicial das debêntures, que totalizou R\$87.991 mil no exercício, representando 39,76% do custo total. Este custo refere-se a perda com amortização de ajuste ao valor justo no reconhecimento do valor inicial das debêntures subordinadas e apresentou aumento de 15,83% em relação ao ano anterior.

Os juros sobre as debêntures representaram 37,34% do custo total. Seu valor foi de R\$82.647 mil em 2021 (R\$61.638 mil no ano anterior), apresentando um aumento de 34,08%, devido principalmente aos recorrentes aumentos da taxa Selic ocorridos no exercício de 2021.

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA de 2022 – Ano Base 2021

Também foi significativo o custo com encargos financeiros das opções, no valor de R\$44.532 mil, referente à liquidação das tranches das opções de compra ocorridas em 2021. Houve um aumento de 188,94% comparado com ano anterior, justificado pela alta da ação da Cemig alinhada às distribuições de dividendos e bonificações de ações deliberadas pela Cemig, que acarretaram na redução do preço de exercício. Este custo corresponde à diferença entre o preço de liquidação da opção em relação ao seu preço de exercício, multiplicado pela quantidade de opções da respectiva tranche.

Apesar do baixo impacto sobre o custo total no ano de 2021, as despesas judiciais tiveram um aumento bem expressivo – 200% se comparado ao exercício anterior. Esse aumento aconteceu principalmente devido a reclassificação de risco de perda possível para perda provável, por parte da Assessoria Jurídica da Companhia, de processos judiciais com recursos depositados judicialmente cuja perda no resultado foi reconhecida após essa mudança de situação e da condenação ao pagamento de honorários de sucumbência. A ocorrência desse tipo de despesa é eventual e de difícil estimativa.

Os demais custos foram pouco representativos em relação ao custo total da Companhia no exercício de 2021.

O custo com maior aumento em 2020 comparado com mesmo período do ano anterior, com variação de 127,89%, refere-se às obrigações por repasses, mais precisamente no 2º trimestre de 2020, pois o Fundo dos Ex-acionistas BEMGE apresentou um resultado positivo em R\$3.211 mil. Em consonância com o contrato de cessão de créditos celebrado com o BEMGE, os ex-acionistas do referido Banco fazem jus a 90% do resultado positivo apurado semestralmente, correspondente ao valor arrecadado subtraídas as respectivas despesas incorridas. Portanto, o aumento dessa obrigação decorre do crescimento da receita de recuperação de créditos. Apesar de significativo, o aumento gera baixo impacto sobre o custo total, pois representa apenas 2,22% desse valor.

Outro custo, com aumento relevante em 2020, está relacionado aos serviços de terceiros (31,63%), essenciais à geração das receitas operacionais. Já o custo com pessoal apresentou redução de 11,98% em relação ao mesmo período anterior, devido a reestruturações promovidas pela Administração. Em que pese o Plano de Desligamento Voluntário ter gerado aumento desse custo no 1º trimestre de 2020, esse impacto foi superado pelas economias geradas nos meses seguintes.

Os demais custos foram pouco representativos em relação ao custo total da Companhia no exercício de 2020.

(H) Resultado Financeiro Líquido

Trata-se, preponderantemente, de receitas financeiras resultantes de valores mantidos em aplicações financeiras junto a bancos públicos e privados, em fundos de investimentos conservadores e títulos de renda fixa, lastreados por títulos federais a uma rentabilidade próxima a 100% da taxa DI, deduzidas as despesas financeiras compostas por IOF e tarifas bancárias.

No exercício de 2021, houve um aumento de 85,37% em relação a 2020, em razão, principalmente, do aumento de recursos em aplicações financeiras ocasionado pelo aumento dos recebimentos de créditos autônomos, aliado às elevações da taxa de juros pelo Banco Central.

Em 2020, o decréscimo foi de 43,56% em comparação a 2019, em função, principalmente, da redução da taxa de juros e da diminuição do montante aplicado, sobretudo em razão dos pagamentos das debêntures.

Os critérios utilizados para alcance dos resultados positivos foram baseados em disciplinado controle dos recursos mantidos em aplicações financeiras, em fundos lastreados em títulos públicos cujas rentabilidades anuais permearam as taxas DI a custos administrativos ínfimos.

(I) Resultado do Exercício

O fator preponderante para o lucro líquido no valor de R\$83.460 mil auferido pela Companhia em 2021 está relacionado a fatores mercadológicos, principalmente relacionados aos investimentos na CEMIG. Esse resultado ainda foi influenciado pelo impacto financeiro da COVID-19 na economia, embora em menor intensidade em comparação com os impactos observados no exercício anterior.

Em 2020, apesar de a Companhia ter apresentado resultado operacional bruto negativo, apresentou um resultado líquido positivo de R\$36.555 mil. O principal motivo desse resultado positivo está relacionado a fatores mercadológicos, principalmente relacionados aos investimentos na CEMIG e à queda da taxa Selic.

(J) Considerações da Diretoria Executiva sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

No exercício de 2021, a MGI foi exitosa em sua estratégia de atuar ativamente na desmobilização de ativos do Estado de Minas Gerais, por meio da alienação de imóveis da administração pública estadual direta e indireta. Os valores das alienações de imóveis do Estado realizadas pela atual gestão da MGI, de 2019 a 2021, já superam em 514% as realizadas de 2015 a 2018, e em 5% o total de 2010 a 2018. No exercício de 2021, a MGI alcançou seu recorde histórico de alienações em um exercício, considerando sua atuação nesta atividade desde 2005.

Os expressivos resultados, em um cenário em que a economia ainda sofre os impactos da pandemia causada pela COVID-19, são fruto do empenho e dedicação dos empregados e colaboradores da



CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA de 2022 – Ano Base 2021

Companhia, aliados à forte sinergia entre a MGI e o seu principal cliente, a Secretaria de Estado de Fazenda. Adicionalmente, a MGI segue expandindo a sua atuação com a celebração de novos contratos, com a Codemge em fevereiro/2021 e com o DER em agosto/2021, além de outras negociações em andamento com órgãos e entidades da administração pública estadual.

Em relação à carteira de Direitos de Crédito Autônomos, cuja arrecadação passava por sucessivas reduções em razão do aumento da inadimplência, que foi potencializado pela pandemia, houve uma recuperação muito expressiva no exercício de 2021, em razão do REFIS ICMS 2021, programa lançado pelo Governo do Estado de Minas Gerais, por meio do Decreto nº 48.195, de 25 de maio de 2021, que dispõe sobre o pagamento, com reduções e condições especiais, de crédito tributário relativo ao ICMS.

Tocante aos ativos e passivos atrelados ao mercado de capitais, os impactos da pandemia também reduziram significativamente, uma vez que os índices da Bolsa de Valores já se recuperaram consideravelmente, embora ainda ocorram significativas oscilações, não apenas pelo cenário da pandemia, como de outros fatores conjunturais. A desvalorização das ações CMIG4 gera um impacto negativo sobre os investimentos em participações societárias, mas positivo no que tange ao valor justo das opções flexíveis de compra e de venda.

Foram fatores relevantes para o lucro líquido auferido no período a distribuição de proventos pela investida CEMIG, em montante significativamente superior ao distribuído nos últimos anos e a reversão de perda na recuperação de direitos creditórios. Destaque-se que a distribuição de proventos pela investida CEMIG é uma variável de grande relevância para a Companhia, uma vez que essa receita constitui a principal fonte de recursos para pagamento de juros e amortizações da quinta emissão de debêntures.

Diante de todas as variáveis que afetam o desempenho da Companhia, a Administração considera muito relevantes os resultados obtidos, destacando os recordes alcançados na venda de imóveis apesar de diversos fatores externos desfavoráveis. A evolução dos resultados alcançados na venda de imóveis demonstra a importância estratégica da MGI para o Estado de Minas Gerais.

6 – Políticas e práticas de governança corporativa

A governança corporativa da MGI está alinhada com os princípios e exigências emanados pela Lei Federal nº 13.303/2016, pela Lei Federal 6.404/1976 e pelo Decreto Estadual 47.154/2017. A instância decisória máxima é a Assembleia Geral de Acionistas, a quem cumpre a decisão primeira sobre o rumo dos negócios. A instância fiscalizadora dos administradores fica a cargo do Conselho Fiscal, que se reporta diretamente aos acionistas. A administração da Companhia é exercida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva. Sua estrutura é composta também pelo Comitê de Auditoria Estatutário - COAUD, que é um órgão de assessoramento do Conselho de Administração, pela Auditoria Interna, vinculada ao Conselho de Administração por intermédio do COAUD e pelo Núcleo de

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA de 2022 – Ano Base 2021

Integridade e Gestão de Riscos, órgão vinculado diretamente ao Diretor Presidente, que atua nas atividades de integridade, conformidade, gestão de riscos e controles internos.

Temos, portanto, na data-base desta Carta, nos termos do seu Estatuto Social, a seguinte estrutura organizacional:

- Assembleia Geral de Acionistas;
- Conselho Fiscal;
- Conselho de Administração;
- Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD)
- Diretoria Executiva
- Auditoria Interna
- Núcleo de Integridade e Gestão de Riscos

(i) Descrição da estrutura organizacional da Companhia

(a) Assembleia Geral de Acionistas

Nos termos do Estatuto Social, cabe à Assembleia Geral de Acionistas deliberar sobre (i) as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, (ii) a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos, (iii) a eleição dos administradores e dos membros do conselho fiscal, quando for o caso, (iv) a correção da expressão monetária do capital social, (v) a remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva, (vi) a modificação do capital social, emissão de debêntures e bônus de subscrição, planos de investimentos ou orçamentos de capital, transformação, incorporação, fusão ou cisão.

Os itens (i) a (iv) serão deliberados em sessão ordinária.

(b) Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é um órgão colegiado não integrante da administração, ao qual cabe, por meio de sua função fiscalizadora, representar os acionistas, acompanhando a ação dos administradores.

O Conselho Fiscal possui caráter permanente e é composto de 03 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, todos com residência no país, com constituição, requisitos, poderes e atribuições que lhe são conferidos por lei.

O mandato dos membros do Conselho Fiscal será de 2 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, 2 (duas) reconduções consecutivas.

Sem prejuízo das demais competências previstas em lei, compete ao Conselho Fiscal:



CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA de 2022 – Ano Base 2021

I - fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos Administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;

II - opinar sobre o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras do exercício social, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral, quando for o caso;

III - manifestar-se sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures e bônus de subscrição, planos de investimentos ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;

IV - denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não adotarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Companhia, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências;

V - convocar a Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de um mês essa convocação, e a Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes;

VI - analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia;

VII - fornecer, sempre que solicitadas, informações sobre matéria de sua competência a acionista, ou grupo de acionistas, que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia;

VIII - exercer essas atribuições durante a eventual liquidação da Sociedade;

IX - examinar o Plano Anual de Auditoria Interna e Relatório Anual de Auditoria Interna da Companhia;

X - auxiliar, por meio da participação de pelo menos um de seus membros, o Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, nas reuniões em que se deliberar sobre assuntos que ensejam parecer do Conselho Fiscal.

(c) Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Companhia é órgão de deliberação colegiada, sendo a representação da Companhia privativa de seus Diretores, obedecido o que dispuser a Lei e o Estatuto Social.

O Estatuto Social da Companhia estabeleceu um número de sete membros para compor o Conselho de Administração, dos quais um será o Presidente e outro o Vice-Presidente. Os conselheiros são eleitos em Assembleia Geral para um mandato unificado de dois anos, permitidas, no máximo, 3 (três)



CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA de 2022 – Ano Base 2021

reconduções consecutivas. No caso de vacância do cargo de conselheiro, o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes e servirá até a próxima Assembleia Geral. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos, a Assembleia Geral será convocada para proceder à nova eleição. É assegurada a participação, no Conselho de Administração, de 01 representante dos empregados ativos da Companhia, 01 representante dos acionistas minoritários e 25% de membros independentes.

Compete ao Conselho de Administração:

- I - fixar a orientação geral dos negócios, nos termos do objeto social da MGI;
- II - zelar pelos interesses dos acionistas, considerando as demais partes interessadas;
- III - zelar pela perenidade da MGI, adotando perspectiva de longo prazo e de sustentabilidade na definição dos negócios e operações;
- IV - estabelecer estratégias e diretrizes para a gestão, da MGI, cuidando para que sejam efetivamente implementadas pela diretoria sem, todavia, interferir em assuntos operacionais;
- V - aprovar e acompanhar o plano de negócios para o exercício anual seguinte, bem como a estratégia de longo prazo e os orçamentos operacional e de investimentos da Sociedade, sejam anuais ou plurianuais;
- VI - prevenir e administrar situações de conflito de interesses ou de divergência de opiniões, de maneira que o interesse da MGI sempre prevaleça;
- VII - eleger e destituir os membros da Diretoria Executiva da MGI, fixando-lhes as atribuições, observado o que a respeito dispuser a legislação pertinente e este Estatuto;
- VIII - fiscalizar a gestão dos membros da Diretoria Executiva, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, verificar o cumprimento das disposições legais e regulamentares afetas à Governança Corporativa e quaisquer outros atos;
- IX - convocar, através de seu Presidente ou de dois de seus membros, a Assembleia Geral, quando julgar conveniente, ou, em se tratando de Assembleia Geral Ordinária, nas épocas e condições previstas em Lei;
- X - manifestar-se sobre o relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, que deverão ser submetidos à Assembleia Geral Ordinária
- XI - manifestar-se previamente sobre quaisquer atos, operações, contratos e acordos, de valor igual ou superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), bem como aprovar operações com base em moeda

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA de 2022 – Ano Base 2021

estrangeira, salvo atos de pagamentos, aplicações, resgates e transferência de recurso, relacionados às atividades cotidianas da Companhia, observado o disposto na legislação vigente;

XII - autorizar as alienações de bens do ativo permanente de valor igual ou superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), a constituição de ônus reais, a prestação de avais, fianças ou quaisquer outras garantias a terceiros, bem como a celebração de contratos, que envolvam responsabilidade da Sociedade, observado o disposto na legislação vigente;

XIII - escolher e destituir auditores independentes;

XIV - discutir, aprovar e monitorar decisões envolvendo práticas de governança corporativa, relacionamento com partes interessadas, política de transações com partes relacionadas, política de gestão de pessoas e código de conduta dos agentes;

XV - implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta a MGI, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de corrupção e fraude;

XVI - estabelecer política de divulgação de informações e política de porta-vozes visando a eliminar risco de contradição entre informações de diversas áreas e as dos executivos da MGI;

XVII - Aprovar a Política de Distribuição de Dividendos nos termos estabelecidos neste Estatuto;

XVIII - avaliar anualmente o desempenho individual e coletivo dos membros da Diretoria Executiva, podendo contar com apoio metodológico e procedimental do Comitê de Auditoria Estatutário, observados os seguintes quesitos mínimos:

- a) exposição dos atos de gestão praticados quanto à licitude e à eficácia da ação administrativa;
- b) contribuição para o resultado do exercício;
- c) consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e atendimento à estratégia de longo prazo.

XIX - avaliar anualmente o desempenho individual e coletivo dos membros do(s) comitê(s) estatutário(s);

XX - realizar sua auto avaliação;

XXI - analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Sociedade, sem prejuízo da atuação do Conselho Fiscal;

XXII - promover anualmente análise de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo, devendo divulgar suas conclusões em sítio eletrônico da MGI e



CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA de 2022 – Ano Base 2021

informá-las à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais;

XXIII - manifestar-se sobre o aumento do quantitativo de pessoal próprio, contratações para preenchimento dos Cargos de Recrutamento Amplo, a realização de concursos públicos, a concessão de benefícios e vantagens, a revisão de planos de cargos, salários e carreiras, inclusive a alteração de valores pagos a título de remuneração de cargos comissionados ou de livre provimento e remuneração de dirigentes, quando for o caso, ressalvada as obrigações trabalhistas oriundas da Convenção Coletiva de Trabalho;

XXIV - aprovar o Regulamento de Licitações e Contratos – RILC da Companhia, que deverá estabelecer os níveis de alçada decisória e de tomada de decisão, preferencialmente de forma colegiada;

XXV - deliberar sobre qualquer proposta ou recomendação da Diretoria Executiva à Assembleia Geral;

XXVI - aprovar políticas, regulamentos e regimentos da Sociedade não previstos neste Estatuto, exceto o que for de competência da Assembleia Geral;

XXVII - aprovar o compromisso com metas e resultados específicos assumidos pelos membros da diretoria, bem como fiscalizar seu cumprimento;

XXVIII - autorizar o pagamento de juros sobre o capital próprio nos limites dos dividendos obrigatórios estabelecidos na Política de Distribuição de Dividendos da Companhia, sem prejuízo da competência concorrente da Assembleia Geral;

XIX - propor para deliberação da Assembleia Geral a distribuição de dividendos e/ou de juros sobre o capital próprio e a destinação a ser dada ao saldo remanescente dos lucros de cada exercício;

XXX - submeter à Assembleia Geral propostas de aumento de capital acima do limite do capital autorizado, ou com integralização em bens, bem como de reforma do Estatuto Social;

XXXI - deliberar sobre emissão de ações;

XXXII - deliberar sobre a emissão de debêntures não conversíveis em ações;

XXXIII - deliberar sobre a criação ou participação em empresas subsidiárias, nos termos do art. 1º da Lei Estadual nº 19.968/2011;

XXXIV- eleger e destituir os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da MGI, fixando-lhes a remuneração;

XXXV - deliberar sobre os casos omissos do estatuto social da MGI.

(d) Comitê de Auditoria Estatutário

O Comitê de Auditoria Estatutário - COAUD, órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração e por ele eleito, será composto por 3 (três) membros.

O Estatuto Social prevê que o Comitê de Auditoria Estatutário tenha autonomia operacional e dotação orçamentária, anual ou por projeto, dentro de limites aprovados pelo Conselho de Administração, para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas independentes.

O Comitê de Auditoria Estatutário se reporta diretamente ao Conselho de Administração. Os membros Comitê de Auditoria Estatutário se comprometem a observar sigilo sobre todo e qualquer ato, fato e/ou informação que lhe forem confiados, ou aos quais tenha acesso, em razão de suas atribuições.

O mandato dos membros do Comitê de Auditoria Estatutário será de 2(dois) e 3 (três) anos, não coincidente para todos os membros, permitida uma reeleição. O mandato será de 2 (dois) anos para 2/3 (dois terços) dos membros e de 3 (três) anos para 1/3 (um terço) dos membros.

Compete ao Comitê de Auditoria Estatutário, sem prejuízo de outras competências previstas na legislação:

I - opinar sobre a contratação e destituição de auditor independente;

II - supervisionar as atividades dos auditores independentes, avaliando sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades da Companhia;

III - supervisionar as atividades desenvolvidas nas áreas de controle interno, de auditoria interna e de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia;

IV - monitorar a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e das informações e medições divulgadas pela Companhia;

V - avaliar e monitorar exposições de risco da Companhia, podendo requerer, entre outras, informações detalhadas sobre políticas e procedimentos referentes a:

- a) remuneração da administração;
- b) utilização de ativos da Companhia;
- c) gastos incorridos em nome da Companhia;

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA de 2022 – Ano Base 2021

VI - avaliar e monitorar, em conjunto com a administração, com a área de auditoria interna e a área de conformidade e gestão de riscos, a adequação e divulgação das transações com partes relacionadas;

VII - elaborar relatório anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e suas recomendações, registrando, se houver, as divergências significativas entre administração, auditoria independente e o próprio Comitê de Auditoria Estatutário em relação às demonstrações financeiras;

VIII - verificar o preenchimento dos requisitos e a ausência de vedações para as eleições de administradores e conselheiros fiscais;

IX - verificar a conformidade do processo de avaliação dos administradores e conselheiros fiscais;

X - estabelecer as regras operacionais e plano de trabalho para seu funcionamento e submetê-las, bem como as respectivas alterações, à aprovação do Conselho de Administração;

XI - avaliar o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna, o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna, o orçamento e as propostas de fixação das atribuições e de regulamentação do funcionamento da Auditoria Interna;

XII - recomendar a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;

XIII - avaliar o cumprimento, pela Diretoria Executiva, das recomendações feitas pelo COAUD e pelos auditores independentes ou internos;

XIV - avaliar relatórios destinados ao Conselho de Administração que tratem dos sistemas de controle interno;

XV - estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à empresa, além de regulamentos, regimentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador da informação, como anonimato e garantia da confidencialidade;

XVI - comunicar ao Conselho de Administração a existência ou as evidências de erro ou fraude representadas por:

- a) inobservância de normas legais e regulamentares que coloquem em risco a continuidade da instituição;
- b) fraudes de qualquer valor perpetradas por dirigentes estatutários da Instituição;
- c) fraudes relevantes perpetradas por funcionários da instituição ou terceiros;
- d) erros que resultem em incorreções relevantes nas demonstrações contábeis da instituição.



CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA de 2022 – Ano Base 2021

XVII - opinar sobre as matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração, bem como sobre aquelas que considerar relevantes.

(e) Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é composta por 3 (três) membros, acionistas ou não, eleitos por dois anos pelo Conselho de Administração, podendo ser reeleitos ou destituídos a qualquer tempo, observada a seguinte caracterização: um Diretor Presidente, um Diretor de Negócios e um Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores.

Compete à Diretoria Executiva, em colegiado:

I -determinar a orientação geral dos trabalhos da Sociedade, emitindo normas e instruções a ela aplicáveis;

II - recomendar para aprovação do Conselho de Administração (a) a estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos 5 (cinco) anos; (b) o plano de negócios e os orçamentos operacional e de investimentos para o exercício anual seguinte;

III -distribuir e aplicar o lucro apurado pela Companhia na forma estabelecida em seu Estatuto e na Política de Distribuição de Dividendos;

IV - propor ao Conselho de Administração o estabelecimento de diretrizes para o desenvolvimento, expansão, diversificação e modernização das atividades da Sociedade;

V- coordenar a sustentabilidade dos negócios, os riscos estratégicos e respectivas medidas de mitigação, elaborando relatórios gerenciais com indicadores de gestão;

VI - gerir as atividades da Companhia e avaliar os seus resultados;

VII - definir a estrutura organizacional da Sociedade e a distribuição interna das atividades administrativas;

VIII -aprovar as normas internas de funcionamento da Companhia;

IX- promover a elaboração, em cada exercício, do relatório da administração e das demonstrações financeiras, submetendo essas últimas à Auditoria Independente e aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria;

X- estabelecer os limites de alçada das superintendências e das gerências da Companhia;

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA de 2022 – Ano Base 2021

XI - submeter, instruir e preparar adequadamente os assuntos que dependam de deliberação do Conselho de Administração, manifestando-se previamente quando não houver conflito de interesse;

XII - cumprir e fazer cumprir o Regimento Interno, o Estatuto Social, as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, bem como avaliar as recomendações do Conselho Fiscal;

XIII – resolver todos os negócios da Sociedade e os casos extraordinários que não forem da competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração;

XIV- decidir sobre a aprovação do quadro de pessoal, seus cargos, funções e remuneração e respeitar as diretrizes proferidas pelo Conselho de Administração, em especial a limitação dos cargos de recrutamento amplo a 30% (trinta por cento) do total de número de vagas para os cargos efetivos;

XV - sempre que necessário, solicitar ao Presidente do Conselho a convocação do Conselho de Administração, caso este não o faça no prazo de 5 (cinco) dias contados de tal solicitação, solicitar a convocação a, no mínimo, 2 (dois) Conselheiros. Não fazendo os 2 (dois) Conselheiros a convocação no prazo de 5 (cinco) dias contados da solicitação a eles realizada, autorizar o Diretor-Presidente a proceder à convocação;

XVI - autorizar previamente os atos e contratos que envolvam valores inferiores a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais);

XVII - autorizar as alienações de bens do ativo permanente de valor inferior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais);

A assinatura dos documentos de responsabilidade da Sociedade, os movimentos bancários, os endossos e aceites e a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Sociedade serão efetuados, em conjunto, por 2 (dois) membros da Diretoria Executiva, indistintamente, ou por um Diretor e um mandatário, este nomeado por 2 (dois) Diretores.

(i) Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

As atribuições individuais dos Diretores estão previstas no Estatuto Social, como segue:

Diretor Presidente. Compete ao Diretor Presidente:

I – dirigir a Companhia, assegurando a fiel observância às diretrizes do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;



CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA de 2022 – Ano Base 2021

- II - coordenar a elaboração e a implementação da estratégia de longo prazo, do plano de negócios anual e dos orçamentos operacional e de investimentos da Companhia, a serem submetidos ao Conselho de Administração;
- III - representar a Sociedade em juízo, ativa e passivamente, podendo, para tal fim, constituir procuradores e designar prepostos;
- IV - convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- V - designar representantes, admitir e dispensar empregados;
- VI - efetuar o provimento dos cargos em comissão, mediante designação de empregados admitidos em cargo efetivo ou recrutamento amplo;
- VII - submeter ao Conselho de Administração os planos das atividades da Sociedade, mantendo-o sempre informado sobre o desempenho da mesma;
- VIII - fixar as áreas de atuação de cada Diretor, observado o disposto neste Estatuto e nas deliberações do Conselho de Administração; e
- IX - executar ou delegar todos os demais atos de sua competência exclusiva não previstos no Estatuto Social.

Diretor de Negócios. Compete ao Diretor de Negócios:

- I - responder pelas atribuições das áreas relacionadas às atividades-fim da MGI, com exceção de Debêntures e Direitos Creditórios, as quais competem ao Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores;
- II - manter a interlocução e relacionamento com o Poder Executivo do Estado no que se refere ao objetivo social elencado no inciso IX do art. 4º do Estatuto Social;
- III - assumir as atribuições do Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores, na hipótese de impedimento ocasional;
- IV - exercer outras funções ou atribuições que lhe forem determinadas pelo Diretor Presidente.

Diretor Administrativo-Financeiro e de Relação com os Investidores. Compete ao Diretor de Relação com os Investidores:



CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA de 2022 – Ano Base 2021

- I – representar a MGI perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais onde os valores mobiliários de emissão da Sociedade forem admitidos à negociação;
- II – representar a MGI perante o público investidor prestando as informações necessárias;
- III - tomar providências para manter atualizado o registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários;
- IV – responder pelas atribuições da área financeira da Sociedade;
- V – responder pelas atribuições das áreas relacionadas às atividades administrativas da Sociedade;
- VI – substituir o Diretor Presidente no caso de ausência, impedimento eventual ou período de descanso;
- VII – assumir as atribuições do Diretor de Negócios, na hipótese de impedimento ocasional;
- VIII - exercer outras funções ou atribuições que lhe forem determinadas pelo Diretor- Presidente.

(f) A Auditoria Interna

A Auditoria Interna é vinculada ao Conselho de Administração por intermédio do Comitê de Auditoria Estatutário – COAUD. A Auditoria atua de maneira independente, sendo-lhe assegurado orçamento próprio e regras específicas para destituição do titular da área.

Compete à Auditoria Interna:

- I - executar as atividades de auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, administrativa, patrimonial e operacional da Companhia;
- II - propor as medidas preventivas e corretivas dos desvios detectados;
- III - auxiliar o Conselho de Administração, dentro do limite de suas competências;
- IV - verificar o cumprimento e a implementação pela Companhia das recomendações ou determinações da Controladoria Geral do Estado - CGE, do Tribunal de Contas do Estado – TCE e do Conselho Fiscal;
- V - aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras;
- VI - reportar-se ao Conselho Fiscal sobre as recomendações relativas ao descumprimento do Código de Conduta e Integridade, se os administradores deixarem de adotar medidas necessárias em relação à situação relatada em até trinta dias; e



CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA de 2022 – Ano Base 2021

VII - outras atividades correlatas definidas pelo Conselho de Administração, pelo Comitê de Auditoria Estatutário, ou pela Diretoria Executiva.

(g) Núcleo de Integridade e de Gestão de Riscos

(h)

O Núcleo de Integridade e de Gestão de Riscos, vinculado diretamente ao Diretor Presidente, atua nas atividades de integridade, conformidade, gestão de riscos e controles internos.

São competências do Núcleo de Integridade e Gestão de Riscos:

I - manter atualizado o Programa de Integridade e os instrumentos a ele correlatos;

II - propor políticas de Conformidade e Gestão de Riscos para a MGI, periodicamente revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração;

III - verificar a aderência da estrutura organizacional e dos processos, produtos e serviços da Companhia às leis, normativos, políticas, diretrizes internas, regimentos e demais regulamentos aplicáveis;

IV - verificar o cumprimento do Código de Conduta e Integridade, bem como promover treinamentos periódicos aos empregados e dirigentes da Companhia sobre o tema;

V - elaborar modelos e mecanismos de gestão da integridade, riscos e controles internos, alinhados ao perfil de riscos e aos objetivos estratégicos da Companhia;

VI - coordenar os processos de identificação, classificação e avaliação dos riscos a que está sujeita a Companhia e propor planos de ação para mitigá-los;

VII - coordenar a elaboração e monitorar os planos de ação e/ou de contingência para tratamento dos riscos identificados;

VIII - monitorar a implementação de práticas eficazes de gestão de riscos por parte das gerências;

IX - comunicar formalmente o Diretor Presidente sobre diligências em curso em que esteja envolvido Diretor, membro do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal ou do Comitê de Auditoria Estatutário;

X - comunicar à Diretoria Executiva, aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria Estatutário a ocorrência de ato ou conduta em desacordo com as normas aplicáveis à Companhia;

XI - elaborar e executar plano de comunicação e treinamentos relacionados à integridade, gestão de riscos e temas correlatos;



CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA de 2022 – Ano Base 2021

XII - disseminar a importância da Conformidade e da Gestão de Riscos, bem como a responsabilidade de cada área da Companhia nestes aspectos;

XIII - recomendar procedimentos e melhorias de controles internos com foco na conformidade e gestão de riscos;

XIV - prover assessoramento e apoio administrativo e logístico ao COAUD – Comitê de Auditoria Estatutário;

XV - elaborar relatórios periódicos de suas atividades, submetendo-os à Diretoria Executiva e ao COAUD.

XVI - outras atividades correlatas definidas pela Diretoria Executiva.

7 – Descrição da composição e da remuneração da administração

Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente (31.12.2022) - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros remunerados	7	3	3	13
Número de membros não remunerados	0	0	3	3
Remuneração fixa anual (em R\$)				
Salário ou pró-labore	294.000,00	808.584,13	86.400,00	1.188.984,13
Benefícios diretos e indiretos	0	0	0	0
Participação em Comitês	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações fixas	0	0	0	0
Remuneração Variável (em R\$)				
Bônus	0	0	0	0
Participação nos resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis	0	0	0	0
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação do exercício do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações	0	0	0	0
Observações	0	0	0	0
Total da Remuneração	294.000,00	808.584,13	86.400,00	1.188.984,13

**CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS
E GOVERNANÇA CORPORATIVA de 2022 – Ano Base 2021**

Remuneração total reconhecida para o Exercício Social (31.12.2021) - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros remunerados	6,33	3	3	12,33
Número de membros não remunerados	0	0	3	3
Remuneração fixa anual (em R\$)				
Salário ou pró-labore	274.940,00	848.254,33	86.400,00	1.209.594,33
Benefícios diretos e indiretos	0	0	0	0
Participação em Comitês	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações fixas	0	0	0	0
Remuneração Variável (em R\$)				
Bônus	0	0	0	0
Participação nos resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis	0	0	0	0
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessaç�o do exerc�cio do cargo	0	0	0	0
Baseada em a�oes	0	0	0	0
Observa�oes	0	0	0	0
Total da Remunera�o	274.940,00	848.254,33	86.400,00	1.209.594,33

**CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS
E GOVERNANÇA CORPORATIVA de 2022 – Ano Base 2021**

Remuneração total reconhecida para o Exercício Social (31.12.2020) - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	6,75	2,50	3	12,25
Remuneração fixa anual (em R\$)				
Salário ou pró-labore	254.566,67	612.368,66	86.400,00	953.335,33
Benefícios diretos e indiretos	0	0	0	0
Participação em Comitês	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações fixas	0	0	0	0
Remuneração Variável (em R\$)				
Bônus	0	0	0	0
Participação nos resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis	0	0	0	0
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessaçã o do exercício do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações	0	0	0	0
Observações	0	0	0	0
Total da Remuneração	254.566,67	612.368,66	86.400,00	953.335,33

Observação: No exercício de 2021, o quantitativo de membros do Conselho de Administração foi apurado pela média do quantitativo mensal, tendo em vista que houve vacância de cargos ao longo do exercício. Conselho de Administração: 6 membros de janeiro a maio (um cargo vago) e 7 membros de junho a dezembro.



CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA de 2022 – Ano Base 2021

8 – Aprovação do Conselho de Administração

Diante dos desafios apresentados, consideramos relevantes os resultados alcançados pela Companhia, especialmente aqueles relacionados à venda de imóveis apesar de diversos fatores externos desfavoráveis.

Declaramos que esta Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, referente ao ano base de 2021, foi aprovada em 14/06/2022 em conformidade com o inciso I do art. 8º da Lei nº 13.303/2016.

Fabio Rodrigo Amaral de Assunção – Presidente

Andresa Linhares de Oliveira Nunes – Vice-Presidente

Ricardo Lopes de Alvarenga – Membro

Silvia Caroline Listgarten Dias – Membro

Marcos Antônio Alves Penido – Membro

Reges Moisés dos Santos – Membro

Felipe Magno Parreiras de Sousa - Membro